

RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA

2017



AGRADECIMENTOS

O CD da FGF deseja expressar o seu reconhecimento às seguintes entidades:

- Ao Gabinete de Projetos da Pró-Reitoria para a Ciência e Tecnologia da UAc, pela partilha de experiências e *know-how* na gestão de projetos de I&D;
- Ao Gabinete da Pró-Reitoria para a Comunicação, Imagem e Divulgação da UAc, pelo trabalho realizado ao nível da atualização da página *web* da FGF;
- Ao Gabinete da Pró-Reitoria para a Modernização Administrativa e Tecnologias de Informação e Comunicação, pelo apoio ao nível da assistência técnica na área da informática;
- A todos os investigadores e docentes da UAc pelas suas iniciativas, compreensão e aceitação das regras de funcionamento da Fundação;
- Às entidades financiadoras, e em particular às nacionais e regionais, na medida em que um bom entendimento tem promovido a passagem de conhecimento que nos permite reduzir o risco associado a despesas de elegibilidade duvidosa;
- A todas as outras entidades que recorreram aos serviços da Fundação e que contribuíram para o seu desenvolvimento;
- A todos os funcionários e colaboradores da Fundação, pelo empenho e pela qualidade do serviço que desenvolvem.

SIGLAS REFERENCIADAS NO RELATÓRIO

AF	Apoio ao Funcionamento
AG	Autoridade de Gestão
AT	Autoridade Tributária
CAB	Comissão de Avaliação Bipartida
CTES	Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
CD	Conselho Diretivo
CI	Centro de Investigação
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DRCT	Direção Regional da Ciência e Tecnologia
ERP Primavera	<i>Software</i> contabilístico
FCAA	Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FCT, I.P.	Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP
FF	Fontes de Financiamento
FGF	Fundação Gaspar Frutuoso, FP
GestPro	<i>Software</i> de gestão de projetos
GRA	Governo Regional dos Açores
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
INTERREG MAC 2014-2020	Programa de Cooperação INTERREG V A Espanha-Portugal MAC (Madeira –Açores-Canárias) 2014-2020
IR	Investigador Responsável
OE	Orçamento de Estado
OH	<i>Overheads</i>
OO	Objetivos Operacionais
PA	Plano de Atividades e Orçamento

PI	Projetos de Investigação
PS	Prestações de Serviços
PO AÇORES 2020	Programa Operacional Açores 2020
RAA	Região Autónoma dos Açores
REO	Regra do Equilíbrio Orçamental
RH	Recursos Humanos
UAc	Universidade dos Açores
UOEI	Unidade Orgânica de Ensino e Investigação

ÍNDICE

1.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	1
2.	MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS DEFINIDOS NO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2017.....	4
3.	OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CONSELHO DIRETIVO EM 2016.....	10
4.	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM O INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO AO CLIENTE	14
5.	ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2017.....	18
5.1.	Candidaturas e elaboração de novas propostas.....	18
5.1.1.	Projetos de investigação	18
5.1.2.	Prestações de serviços de Investigação e Desenvolvimento a diferentes entidades públicas ou privadas.	19
5.1.3.	Atribuição de Bolsas de Investigação Científica.....	20
5.1.4.	Atividades transversais	21
6.	RECURSOS HUMANOS.....	30
7.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	32
8.	INVESTIMENTOS.....	35
9.	FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE	36
10.	SITUAÇÃO PATRIMONIAL.....	38
11.	EVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS.....	41
12.	FISCALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO	47
13.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	48
14.	RESUMO E DESAFIOS	49
	ANEXO I. ORÇAMENTO DE DESPESA PREVISTA E EXECUTADA EM 2017	i
	ANEXO II. ORÇAMENTO DE RECEITA PREVISTA E EXECUTADA EM 2017	iii
	ANEXO III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS	v

ANEXO IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	xxii
ANEXO V. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	xxiv

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Principais resultados do Inquérito de Satisfação (grau de satisfação de 1 a 5) ao Trabalho da FGF. * Cerca de 32% dos respondentes afirmaram que esta situação não se lhes aplica. ** Cerca de 30% dos respondentes afirmaram que esta situação não se lhes aplica.	15
Figura 2. Resultados do inquérito de satisfação em relação à utilidade do programa GestPro.....	16
Figura 3. Número de candidaturas a projetos de investigação submetidas pela FGF em 2017 por entidade de financiamento, em percentagem (%).....	18
Figura 4. Montante (em euros) de candidaturas a projetos de investigação submetidas e aprovadas em 2017 por entidade de financiamento.	19
Figura 5. Número de contratos de bolsas de doutor, mestre e licenciado, celebrados pela FGF em 2017.	20
Figura 6. Número de contratos a termo certo de doutor, mestre, pós-graduado, licenciado e pré-graduado, celebrados pela FGF em 2017.....	21
Figura 7. Número de centros de custo ativos em 2017 na FGF, por tipologia de produto.	22
Figura 8. Evolução da receita cobrada e dos <i>overheads</i> de 2015 a 2017.	23
Figura 9. Execução, receita cobrada e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2017 por tipologia de produto.	24
Figura 10. Execução, receita cobrada e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2017 nas verbas de apoio ao funcionamento dos centros por fonte de financiamento (DRCT e FCT).....	25
Figura 11. Percentagem da execução, receita cobrada e <i>overheads</i> cobrados em 2017 por tipologia de produto.	25
Figura 12. Execução, receita cobrada e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2017 nas prestações de serviços de ciência e tecnologia por setor (público e privado).....	26
Figura 13. Execução, receita cobrada e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2017 nas prestações de serviços de ciência e tecnologia por setor (público e privado).....	27
Figura 14. Execução, receita cobrada e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2017 em projetos de investigação por Unidade Orgânica de Ensino e Investigação (UOEI). ..	27
Figura 15. Execução, receita cobrada e <i>overheads</i> cobrados durante o ano de 2017 nos projetos de investigação por fonte de financiamento.	28
Figura 16. Execução, receita cobrada e <i>overheads</i> cobrados em 2017 nos projetos de investigação por fonte de financiamento, em percentagem.	28

Figura 17. Gastos com o pessoal.	30
Figura 18. Evolução da atividade da Fundação Gaspar Frutuoso.	41
Figura 19. Estrutura de gastos da Fundação no corrente exercício.	42
Figura 20. Distribuição percentual das rubricas de despesas de funcionamento da Fundação.	43
Figura 21. Estrutura de Rendimentos da Fundação.	43

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Gastos com pessoal.....	31
Tabela 2. Situação líquida da Fundação Gaspar Frutuoso.	39
Tabela 3. Gastos de funcionamento da estrutura administrativa da Fundação Gaspar Frutuoso, nos anos de 2016 e de 2017.....	42
Tabela 4. Evolução das rubricas de gastos e de rendimentos entre os anos de 2016 e de 2017.....	45

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Este documento, apresentado ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 15º dos Estatutos da Fundação Gaspar Frutuoso, FP (FGF), constitui o Relatório e Conta de Gerência referente ao exercício de 2017.

A construção deste relatório fez-se com base na recolha, tratamento e interpretação de toda a informação necessária para a compreensão da situação financeira e atividade da Fundação Gaspar Frutuoso, FP.

A FGF tem por fim, no quadro de uma estreita colaboração com a Universidade dos Açores (UAç), fomentar atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural, artístico, desportivo, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e da participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, consultoria e divulgação.

A atividade da FGF e da estrutura que a suporta tem-se pautado por uma total coordenação com a Reitoria, as Faculdades, Institutos, Centros e Núcleos de Investigação da UAç.

Em 2015 a FGF viveu um período relativamente complexo, quer do ponto de vista operacional quer do ponto de vista burocrático e institucional, resultado da implementação de nova legislação, aprovação de novos estatutos e da nomeação e tomada de posse de um novo Conselho Diretivo (doravante designado por CD).

Já em 2016, os grandes desafios foram: dar continuidade à operacionalização de procedimentos, o lançamento da nova plataforma de gestão de projetos, a satisfação dos seus clientes (internos e externos), manter o ritmo de resposta e de autorização de despesa e, sobretudo, o desenvolvimento de mecanismos relativos à contabilidade orçamental, obrigação decorrente da recente integração da FGF no perímetro do Orçamento de Estado como entidade pública reclassificada.

Em 2017, os desafios passaram pela consolidação da integração no perímetro do Orçamento do Estado, procurando-se responder às exigências burocráticas e ultrapassar os constrangimentos à atividade. Ao mesmo tempo, a FGF teve que responder ao desafio constituído pela entrada em velocidade de cruzeiro dos projetos do PO2020 e do

aumento geral do volume de trabalho que resultou da conjugação da dinâmica dos investigadores da Universidade dos Açores com as novas oportunidades de financiamento à investigação.

Para fazer face às suas obrigações, a Fundação (sede) contou com 5 colaboradores, sendo 2 do quadro da FGF, 2 com contrato de trabalho a termo resolutivo certo e um por cedência de interesse público, que faz parte dos órgãos sociais. Contou ainda com 4 prestadores de serviço. Em particular e no que concerne à execução dos projetos de investigação e prestações de serviço, contou com 12 bolseiros de investigação. O número de colaboradores com estatuto de bolseiro varia muito dado que correspondem a necessidades relacionadas com decisões estratégicas, temporárias, de apoio a áreas específicas de interesse para a comunidade científica da UAc, e ainda com 26 colaboradores com contrato de trabalho a termo resolutivo certo.

Relativamente ao financiamento por parte do Governo Regional dos Açores (GRA), apesar de se ter mantido a estabilidade no reporte de despesa executada, tendo-se obtido taxas muito próximas da plena execução em grande parte das medidas postas a concurso, já no que se refere a pagamentos, e por comparação com 2016 o valor afeto a portarias e faturas vencidas que transitou para 2018, foi substancialmente inferior, o que, de certo modo, influenciou positivamente o resultado líquido apurado. Pela negativa, apontamos o facto de em 2017 não ter sido celebrado o protocolo para financiamento das despesas de funcionamento e gestão dos Centros de Investigação da UAc, tendo sido remetido para 2018, facto que à data da redação deste documento, ainda não ocorreu. E, ainda, o facto de se ter dado início à execução física e financeira tardia de quatro projetos cofinanciados ao abrigo do programa INTERREG V-A MAC 2014-2020, geridos na RAA pela Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, devido à controvérsia relacionada com a não elegibilidade dos consumíveis de laboratório, facto que só ficou resolvido em junho de 2017, desde então já se efetuou um investimento considerável em equipamento e em Recursos Humanos. Em termos de reporte de despesa, e quase um ano depois, ainda não é possível submeter despesa relativa a Recursos Humanos, pois nesta data os poucos pedidos de pagamento submetidos ainda não foram validados.

Quanto aos projetos aprovados no âmbito do Eixo 1 do PO AÇORES 2020, o arranque da execução física e financeira ocorreu no final de 2016, contando já com um

ano e meio de execução. Não havendo constrangimentos em termos de reporte, nem de sistema de informação, o término destes projetos está previsto para o 2º semestre de 2019, caso não haja pedidos de prorrogação temporal por motivos científicos. Ao longo deste percurso o Conselho Diretivo tem efetuado e enviado ponto de situação à Autoridade de Gestão, na expectativa de ver corrigidos procedimentos que têm provocado constrangimentos não imputáveis à entidade beneficiária, referimo-nos por exemplo à limitação a uma única reprogramação do tipo: física, temporal e financeira. Uma única reprogramação não corresponde, de todo, às necessidades de projetos plurianuais. No caso em apreço, os projetos podem atingir quatro anos civis. É possível que haja alteração ao regulamento de acesso, tendo a Autoridade de Gestão (AG) remetido para uma eventual revisão. O outro grande constrangimento prende-se com a aplicação de um limite máximo no que concerne ao alojamento em território nacional (até 50€/noite), valor este que não colhe fundamento na Legislação relativa ao abono de ajudas de custo e de transporte aplicável à Função Pública. Dado que não consta do aviso de candidatura, nem da orientação relativa à análise de elegibilidade da despesa, em nosso entender, só pode ser justificado como interpretação incorreta da legislação por parte da estrutura de apoio técnico da Autoridade de Gestão. Nesta data, e sobre este assunto, ainda se encontra sem resposta o nosso 3º pedido de reapreciação.

2. MONITORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS DEFINIDOS NO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2017

Em 2017 os dois objetivos estratégicos definidos pelo CD tiveram por base os fins subjacentes à criação da Fundação, as responsabilidades desta para com a sua entidade fundadora, as solicitações dos seus clientes, bem como a situação que se verifica no que concerne aos recursos disponíveis. Na medida em que se pretendia prosseguir e aprofundar os objetivos estratégicos delineados em 2016, em primeiro lugar porque a sua relevância é estruturante não se esgotando num ano, em segundo, porque existem atividades e novos procedimentos a eles associados que se encontram em diferentes graus de implementação no terreno e, finalmente, em terceiro lugar, dado que a melhoria do serviço da FGF passa pelo aprofundamento e pelo reforço de medidas estruturais já implementadas no âmbito dos objetivos estratégicos anteriormente definidos.

OE1: Promover a boa gestão e execução dos projetos de investigação e prestações de serviço de investigação e desenvolvimento;

Objetivos operacionais:

OO1.1: Operacionalização do software de gestão de projetos GestPro, por forma a garantir a disponibilização de informação atualizada aos seus utilizadores, com destaque para os IR;

Efetivamente o *software* que foi desenhado, concebido e implementado em 2016, a que chamamos de GestPro, e que permite a gestão de projetos pela equipa de projetos da FGF, e a consulta pelos Investigadores que têm projetos de investigação e prestações de serviço na Fundação, foi disponibilizado à estrutura de gestão de projetos interna ainda em maio de 2016, e aos investigadores já em novembro de 2016. Foi de facto em 2017 que estes últimos tiveram mais tempo e necessidade de consulta de informação. A ferramenta, conforme se pode constatar através dos resultados obtidos com o inquérito de satisfação, carece ainda de melhorias, que não estão sendo implementadas ao ritmo desejável, por razões várias, e que maioritariamente se prendem com a migração de informação do *software* de

contabilidade para o *webservice*. Porém, mantém-se atualizada e útil tanto na ótica do gabinete de gestão como dos investigadores, sendo, na prática, um arquivo digital partilhado.

OO 1.2: Responder eficazmente às solicitações no âmbito dos processos de autorização de despesa, reduzindo o tempo médio de resposta já encetado em 2016;

Remetemos para o ponto 4 deste relatório a resposta a este objetivo, mais concretamente para os resultados apurados com o inquérito de satisfação realizado em dezembro de 2017. Considera-se o objetivo atingido.

OO 1.3: Controlar e monitorizar o prazo de submissão dos pedidos de pagamento junto das entidades financiadoras;

A monitorização deste objetivo veio revelar que não temos muita dificuldade no que ao cumprimento de prazos se refere, mas sim quanto à justificação técnica da despesa a constar nos pedidos de pagamento/reembolsos/balancetes financeiros. Neste sentido, temos vindo a promover maior difusão desta necessidade junto dos Investigadores Responsáveis (IR's), de modo a sensibilizá-los para que, na fase de pedido de autorização de despesa, tenham maior cuidado e atenção na fundamentação da despesa e respetivo enquadramento no âmbito das tarefas do projeto de investigação. Considera-se que este objetivo foi atingindo, e foi reformulado, constando no plano de atividades para 2018, já no sentido de ser monitorizado o prazo de análise e de pagamento por parte das diversas entidades financiadoras.

OO 1.4: Otimizar o sistema de controlo interno no que concerne à emissão de faturação;

Foi introduzido um procedimento de controlo tanto na fase de emissão como na fase de pagamento ou falta deste. Quanto à fase da emissão de faturação, apesar do GestPro disparar alertas diários, cumpre ao Investigador Responsável efetuar o pedido, na medida em que implica o envio de relatórios de progresso intercalares ou finais. Assim sendo, o papel da Fundação tem sido o de alertar o IR para a emissão de faturação. Quanto ao pagamento, a FGF possui um controlo diário de

toda a receita entrada, pelo que o IR é informado, em regra no próprio dia, via email, de que a receita foi creditada no respetivo centro de custos. Em relação a faturas com prazo de pagamento vencido há mais de 90 dias, é enviado um ofício ao cliente, a recordar o prazo de pagamento e a informar que qualquer atraso poderá comprometer a boa execução da consultoria/estudo em apreço. Considera-se que este objetivo está em execução, dado que, até pela sua natureza, é dificilmente finalizável.

OO 1.5: Garantir o controlo de execução das prestações de serviço por rubrica, implementando o procedimento existente para os projetos de investigação, no que concerne à transferência entre rubricas, mediante autorização prévia da FGF.

Como todos os pedidos de autorização de despesa se concretizam via edoclink, é na fase do cabimento (averiguação de fundos disponíveis) que se detetam desvios de execução por rubrica. Assim, o IR é alertado, cabendo-lhe o papel de fundamentar o desvio e a necessidade de reforço financeiro. Este objetivo foi delineado no sentido de evitar a redução de OH via transferência de verba para rubricas que estão isentas de OH. Considerando que a rubrica de RH a contratar já não faz parte das rubricas isentas, entende-se que já não há tanta necessidade de monitorização. Pelo que se pode considerar o objetivo atingido.

OO 1.6: Promover a recuperação dos montantes devidos à FGF no âmbito de prestação de serviços cujo prazo de pagamento das nossas faturas a crédito se encontram vencidos, através de negociação com as empresas devedoras ou em último recurso através de procedimento judicial.

Apesar da complexidade de operacionalização, a Fundação tem vindo a conseguir a recuperação dos montantes devidos desde 2011. Foram negociados planos de recuperação de dívida à medida de cada cliente, sendo que os planos têm sido cumpridos, pelo que à data de redação do presente relatório já só temos um caso ainda a decorrer (com o plano de pagamentos a ser cumprido), os restantes já terminaram sem qualquer perda de receita. Consideramos o objetivo atingido.

OO 1.7: Aferir o grau de satisfação dos investigadores em relação à qualidade dos serviços prestados pela FGF e recolha de sugestões de melhoramento, através de um inquérito de satisfação com periodicidade anual.

Remetemos para o ponto 4 deste relatório a resposta a este objetivo, mais concretamente para os resultados apurados com o inquérito de satisfação realizado em dezembro de 2017. Considera-se que o resultado apurado é satisfatório, mas carece de melhorias.

OE 2: Reorganizar a estrutura interna de funcionamento

Objetivos operacionais:

OO 2.1: Garantir a atualização atempada da integração das despesas e receitas no software contabilístico ERP Primavera, de forma a disponibilizar aos IRs, através do GestPro, informação útil e em tempo real para apoio à tomada de decisões de gestão corrente.

Este objetivo quando foi concebido em novembro de 2016 para produzir efeitos em 2017, tinha apenas como finalidade a rápida integração da despesa. Ora, com o arranque de diversos novos projetos e prestações de serviço em 2017, constatamos um enorme aumento nos processos de despesa pelo que, sensivelmente a meio do ano, tivemos que reforçar a área de contabilidade com um novo elemento, um técnico superior a quem foi confiada esta tarefa em especial. Contudo, decorrente de obrigações legais, ao nível de reporte de execução orçamental, que até março de 2017 era trimestral, passou a ser mensal, a Fundação foi-se adaptando a esta nova exigência com a devida antecedência, pelo que não se registaram sobressaltos ou incumprimentos na integração de despesa. Considera-se o objetivo atingido.

OO 2.2: Produzir suportes e instrumentos de comunicação interna e externa, com o intuito de promover a uniformização de procedimentos e difusão de boas práticas;

Este Conselho Diretivo desde que entrou em funções tem assumido desde sempre postura pedagógica, tanto com o cliente interno como externo, o que tem trazido frutos a curto prazo. Desta feita são os IR e os nossos colaboradores, e até clientes, que nos procuram e nos pedem para criar o procedimento. Assim sendo, este

trabalho parte sempre de uma decisão do Conselho Diretivo, que depois de operacionalizada é monitorizada no sentido de corrigir desvios. Considera-se que este objetivo está em execução, dado que, até pela sua natureza, é dificilmente finalizável.

OO 2.3: Promover a realização de um workshop interno no âmbito da Gestão de Projetos;

A FGF tem estabelecido contactos com diversos Gabinetes de Gestão de Projetos, o que nos tem permitido manter atualizados em determinadas áreas sensíveis, tais como a contratação pública, a amortização de equipamentos, a contratação de pessoal, etc. Este objetivo não foi atingido embora tenham sido realizadas diligências para o fazer.

OO 2.4: Garantir a atualização do manual de procedimentos em função da tipologia de novos projetos e legislação aprovada;

Por se tratar de um complemento do OO 2.2, considera-se o objetivo atingido. Sempre que se definem procedimentos estes culminam na sua comunicação, seja através de uma orientação de trabalho ou deliberação. Assim sendo, este objetivo foi cumprido.

OO 2.5: Implementar mecanismo de controlo orçamental com reporte mensal ao Conselho Diretivo para apoio à decisão nos atos de gestão corrente;

O facto de a Fundação ter sido integrada no perímetro do orçamento de estado em 2016, trouxe como consequência a obrigatoriedade de cumprimento de regras em matéria orçamental, onde se destaca a Regra do Equilíbrio Orçamental (REO). Por força do controlo do défice, o princípio do equilíbrio orçamental tem como fundamento que todas as despesas previstas no orçamento devem ser efetivamente cobertas por receitas nele inscritas, condicionando a autorização de pagamento de despesa à existência de receita cobrada em igual montante. A espiral de novos projetos e prestações de serviços obriga a um contínuo esforço de tesouraria, difícil de compaginar com o “garrote” orçamental a que a FGF está sujeita. Acresce que a utilização de saldos de gerência anteriores como contrapartida do aumento das despesas correntes do ano está condicionada ao

estrito cumprimento da REO, em que a entidade assume o compromisso de assegurar um saldo final de gerência, entre as receitas arrecadas (saldo de gerência inicial + recebimentos) e os pagamentos ocorridos no decurso de um determinado exercício económico, superavitário ou nulo. Por tudo isto, se revelou necessária a implementação de relatórios de gestão não só na ótica patrimonial, mas sobretudo na ótica orçamental, reduzindo o risco de obtenção de resultado líquido negativo no final de cada exercício.

Conforme se pode constatar pelo resultado líquido de 2017, o objetivo foi atingido.

3. OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CONSELHO DIRETIVO EM 2017

E porque todo o trabalho realizado não se esgota nos objetivos operacionais já elencados, passamos a apresentar uma breve resenha do trabalho mais relevante, realizado e documentado em atas das reuniões mensais do Conselho Diretivo:

- **Aquisição de viatura de 9 lugares**: Na sequência da aprovação de 15 novos projetos, com cofinanciamento comunitário, cuja taxa de OH é de 20%, em regime forfetário, e considerando a não elegibilidade de despesa com o uso de viatura própria, e dada a falta de solução alternativa, o Conselho Diretivo adjudicou em janeiro de 2017, a aquisição de viatura capaz de garantir uma resposta eficaz às necessidades dos trabalhos de campo numa ilha de orografia bastante acidentada e em condições de carga máxima (9 ocupantes e equipamentos de investigação). Após consulta ao mercado, e atendendo ao critério do preço mais baixo, procedeu-se à aquisição de uma carrinha de nove lugares, que se encontra desde então ao serviço de todos os Investigadores da Universidade dos Açores.
- **Elegibilidade das despesas de caducidade dos contratos de trabalho a termo resolutivo certo**: Com maior impacto nos projetos PO AÇORES 2020, na medida em que envolve a contratação de 24 técnicos superiores, a partir de janeiro de 2017, a questão foi dirigida ao Organismo Intermédio, a Direção Regional da Ciência e Tecnologia, que liderou todo o processo de clarificação junto da Autoridade de Gestão. A despesa que é decorrente de obrigação legal e imputável à entidade patronal, foi considerada elegível.
- **Ação de verificação administrativa realizada pela Autoridade de Gestão do PO AÇORES 2020**: Recebemos no passado dia 28/9/2017 ação de verificação a dois projetos cofinanciados no âmbito do PO AÇORES 2020 (GPS e Phyba_CO2). A ação decorreu dentro da normalidade, não tendo sido detetada qualquer irregularidade, a registar apenas uma ação de melhoria: implementação de uma lista de presenças com barra de assinaturas no caso de reuniões de equipa que impliquem despesa.

Contudo, à data do fecho deste relatório ainda não se recebeu o relatório preliminar desta ação de verificação.

- **Pedido de alterações à orientação nº 2/2015 do PO AÇORES 2020:** Com base no conhecimento adquirido após um ano de execução dos 16 projetos cofinanciados pelo PO AÇORES 2020, e persistindo três grandes constrangimentos à boa execução destes projetos, foi redigido ofício a dar nota destas preocupações à Autoridade de Gestão. O ofício foi remetido a 16/10/2017. A 16/11/2017 foi rececionada a resposta. Não tendo havido deferimento, foi mantido o disposto sobre o reembolso de despesas de alimentação a Investigadores em missão e a limitação a 50€ de diária relativamente a alojamento em território nacional. Em relação à alteração do número de reprogramações admissíveis por projeto, ficou o compromisso de ser revisto o limite. Face ao exposto, e porque a questão, principalmente da limitação máxima em relação ao alojamento, é grave o suficiente para comprometer a boa execução dos projetos, o Conselho Diretivo voltou a questionar a AG aguardando, à data de redação do presente relatório, resposta.
- **Consignação de IRS:** Após divulgação pela Autoridade Tributária (AT) da listagem de entidades às quais pode ser consignado 0.5% dos impostos das pessoas singulares em sede de IRS, constatou-se que a FGF pela primeira vez reuniu os critérios subjacentes. Nesse sentido, foi promovida a difusão desta informação juntos dos Investigadores da UAc e Colaboradores da FGF.
- **Elegibilidade de despesas com consumíveis de laboratório em projetos INTERREG MAC:** Após controvérsia no que se refere à não elegibilidade de consumíveis de laboratório em projetos financiados pelo INTERREG V-A MAC 2014-2020, só em junho de 2017 foram as entidades beneficiárias notificadas da decisão de elegibilidade destes consumíveis na rubrica de equipamentos, pelo que, não havendo argumentos para manter os projetos suspensos, foi dado início à execução financeira.

- **Prorrogação dos projetos de funcionamento dos CI DA UAC financiados pela FCT, I.P.:** Considerando que se avizinhava em outubro passado o termo de 2017 e não havendo qualquer informação por parte da FCT no que se refere à prorrogação dos projetos de funcionamento dos CI da UAC, foi remetido a 16/10/2017 ofício à FCT a suscitar a questão. A 25/10/2017, a FCT remeteu notificações a todos os Investigadores responsáveis por projetos estratégicos a informar da possibilidade de prorrogação por 12 meses, até 31/12/2018, podendo ser solicitado reforço financeiro não superior à média anual do financiamento previamente atribuído.
- **Candidaturas submetidas à FCT, concurso de 2017:** Terminou a 30 de maio o prazo para submissão de candidaturas, tendo a FGF submetido 8 em que assume o perfil de entidade promotora e participou em mais 22, com o perfil de entidade participante.
- **Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no setor empresarial do Estado:** A 17/8/2017 a FGF foi notificada pela Presidente da Comissão de Avaliação Bipartida (CAB) da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (CTES) para, no âmbito de aplicação da Portaria nº 150/2017 de 3 de maio, proceder à validação de vários requerimentos submetidos à CAB por colaboradores da FGF, na qualidade de Prestadores de Serviço, Bolseiros e ainda Contratados a termo resolutivo certo. Analisado o enquadramento da FGF no âmbito da referida portaria, e com base em parecer jurídico onde se demonstrou que a Fundação não se encontra abrangida por esta legislação, foi remetido contraditório à CAB a 1/9/2017. A 25/10/2017 recebemos notificação da CAB a informar que é entendimento desta, que a FGF se encontra abrangida pela portaria acima identificada, pedindo o envio dos requerimentos preenchidos. A 09/11/2017, e novamente com apoio jurídico, foi expedida nova reação. Muito embora não se tenha recebido resposta, foi-nos dado conhecimento de parecer da DGAEP (Direção-Geral da Administração e do Emprego Público) sobre a aplicação da Portaria às

Entidades de direito privado que tenham sido criadas por Instituições de Ensino Superior Públicas, no qual se conclui pela não inclusão.

- **1ª Alteração aos Estatutos da FGF:** A 16/10/2017 recebemos notificação da Presidência do Conselho de Ministros, para alteração dos Estatutos, mais especificamente, a conformação do disposto no nº 1 do artigo 17º dos Estatutos com o nº 1 do artigo 22º do DLR nº 13/2011/A, de 11 de maio. Esta alteração deverá ser promovida pelo Conselho Geral da FGF, sob proposta do seu Presidente, assunto que constou da ordem de trabalhos da primeira reunião do CG de 2018. Nesta data a alteração aguarda apenas publicação em Diário da República.
- **Renovação do Estatuto de utilidade pública da FGF:** Considerando que a FGF obteve confirmação do estatuto de utilidade pública a 2/8/2013, que o prazo de cinco anos termina a 2/8/2018, e que o processo tem que dar entrada na Presidência do Conselho de Ministros, 90 dias antes, foi deliberado dar início a este processo logo no início de 2018.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM O INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO AO CLIENTE

A FGF aplicou em 2017 a segunda edição de um Inquérito aos Clientes tendo em vista perceber a satisfação dos investigadores com o trabalho realizado e com a aplicação informática desenvolvida para apoio à gestão dos centros de custo relativos a projetos de investigação e prestações de serviços, o GestPro. Este instrumento estava previsto no Plano de Atividades de 2016, Anexo I.

O inquérito foi lançado em dezembro de 2017 e o apuramento dos resultados foi feito em fevereiro 2018. Em termos metodológicos, foi aplicado eletronicamente através do *software* especializado Google Docs. Este *software* assegura o anonimato das informações recolhidas, algo que foi sublinhado no email usado para convidar os investigadores a responderem. Este email foi enviado a todos os investigadores da Universidade dos Açores com projetos na FGF.

Na Figura 1 estão sintetizados os principais resultados obtidos. A primeira resposta apresenta o perfil de utilizador. Nesta, é possível perceber que a maioria (51,8%) são utilizadores moderados ou regulares (itens 3 e 4), algo que nos permite afirmar que os resultados obtidos espelham um uso efetivo dos serviços da FGF. Sobretudo se a isso juntarmos os utilizadores intensivos (item 5, 19,6%).

O gráfico referente ao tempo de resposta expressa a questão colocada aos utilizadores de como se posicionavam relativamente ao tempo de demora das respostas da FGF às suas solicitações, sendo que a maioria afirmou ser muito rápido (78,6%), traduzindo-se isso na melhoria do tempo de resposta (com 67%) (item 3 da Figura 1).

Sobre as informações fornecidas pela FGF (emails gerais, despachos, emails de resposta a questões suas – identificadas na Figura 1 sob a designação de qualidade do serviço) ao longo do último ano (2017), as respostas tenderam a centrarem-se nos graus 4 (satisfeito, 34,8%) e 5 (muito satisfeito, 46,4%). Para resposta foi usada uma escala de Likert variando entre 1 (nada satisfeito) e 5 (muito satisfeito). Esta escala foi usada na maioria das questões colocadas (e abaixo detalhadas).

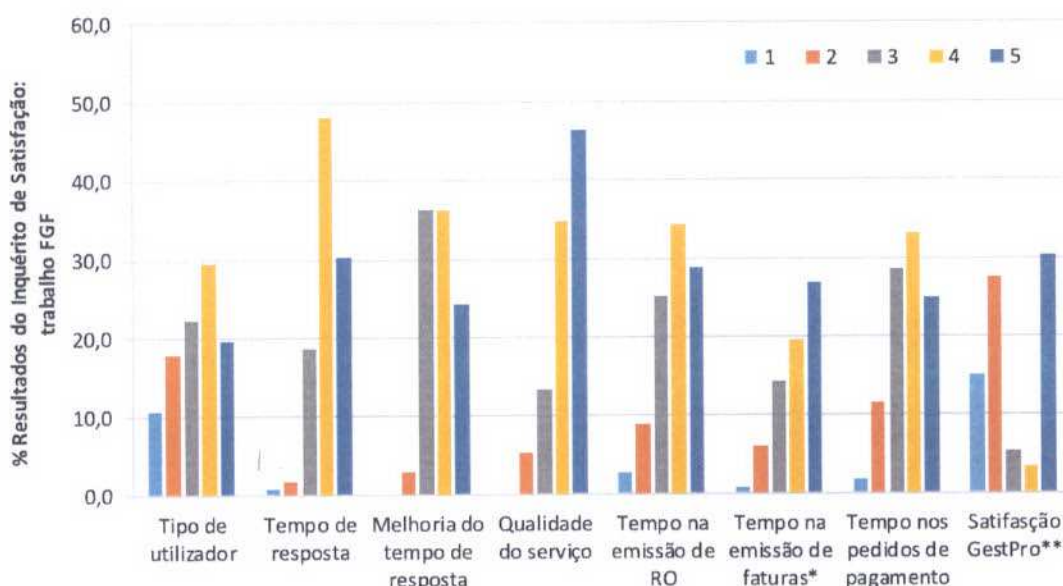


Figura 1. Principais resultados do Inquérito de Satisfação (grau de satisfação de 1 a 5) ao Trabalho da FGF. * Cerca de 32% dos respondentes afirmaram que esta situação não se lhes aplica. ** Cerca de 30% dos respondentes afirmaram que esta situação não se lhes aplica.

De seguida, questionou-se os respondentes sobre se, ao longo do último ano, a FGF tem disponibilizado informação atualizada e com qualidade. Também aqui a maioria dos respondentes deu uma resposta positiva (94,6% e 95,5%, respetivamente). Os dados em causa não foram incluídos na Figura 1.

Para além da qualidade da resposta foi também questionada a qualidade dos serviços, sempre sobre o último ano: qual o seu grau de satisfação com o acompanhamento que o pessoal da FGF dedica aos seus projetos ou prestações de serviços? Os resultados mostram que a maioria dos investigadores está satisfeita (41,1 %) ou muito satisfeita (41,1%), item 4 da Figura 1.

Também se questionou os investigadores sobre o seu grau de satisfação com o trabalho da FGF (usando a mesma escala da questão anterior), no que respeita ao prazo médio de processamento de requisições, uma das principais atividades desta Fundação. Os resultados apresentados centram-se nas respostas 4 (satisfeito, 34,2%) e 5 (muito satisfeito, 28,8%), item 5 da Figura 1.

Para além das requisições, os investigadores foram também questionados sobre um outro serviço prestado pela FGF de importância central na sua atividade: o prazo médio de emissão de faturas. Também aqui a maioria se declarou satisfeito (19,6%) ou muito satisfeito (26,8%). É também de destacar os que consideram que não se aplica ao seu

caso dado que as faturas são apenas emitidas para as prestações de serviços ou relativamente a inscrições em eventos (32,1%), item 6 da Figura 1.

Um outro fator muito importante para aferir a qualidade do serviço da FGF respeita à satisfação dos investigadores com o prazo médio de submissão de pedidos de pagamento (reporte de despesa às entidades financiadoras: FCT, PO AÇORES 2020, DRCT...). Em relação a esta questão, as respostas centram-se nos graus, satisfeito (28,6%), muito satisfeito (33%), mas também aqui se regista um número significativo de casos de não aplicação (25%), penúltimo item da Figura 1.

Em síntese, podemos considerar que, de uma forma geral, os investigadores que usam os serviços da FGF estão satisfeitos com os serviços prestados e reconhecem que eles melhoraram ao longo do ano de 2017.

De seguida, considerando que se trata de um assunto específico, apresentam-se os resultados em relação à satisfação com a aplicação de apoio à gestão dos centros de custo da FGF, o GestPro (Figura 2).

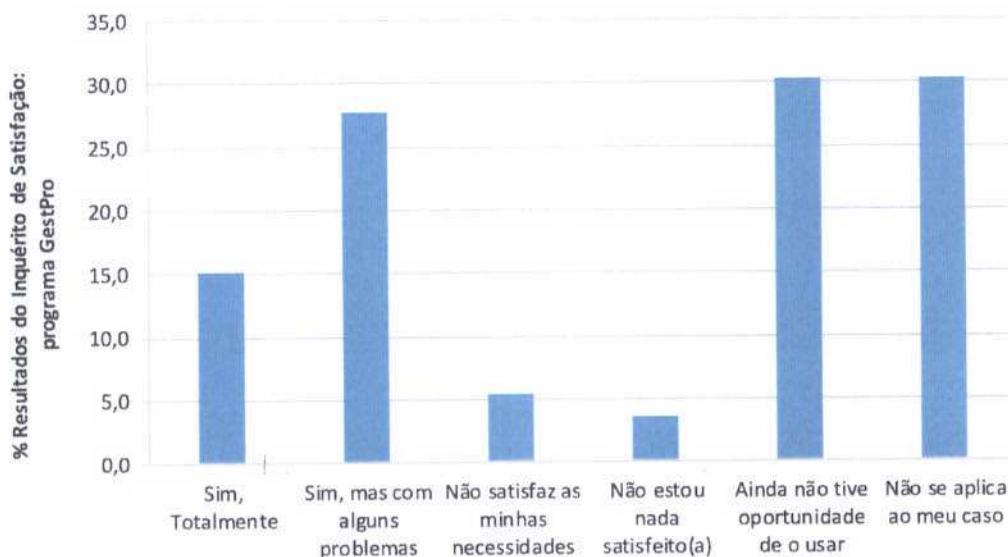


Figura 2. Resultados do inquérito de satisfação em relação à utilidade do programa GestPro.

Considerando que o GestPro é uma aplicação especializada que nem todos os investigadores usam, optou-se por produzir uma escala própria para as respostas. Assim, os itens 1 a 4 expressam o grau de satisfação relativa à aplicação e os itens 5 e 6 respeitam a duas formas distintas de não utilização, o 5 está associado ao facto de não ter ainda sido usada na altura da recolha de dados (com 30,4% dos respondentes) e o 6 tem a

ver com o facto de não ser pertinente o seu uso para o investigador em causa (com 30,4%).

A maioria dos investigadores considera que esta aplicação satisfaz as suas necessidades, apresentando alguns problemas 27,7% ou que as satisfaz totalmente 15,2%. De relevar também os quase dois terços que não a utiliza.

5. ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2017

No âmbito da prossecução dos seus objetivos estratégicos e fins institucionais, a FGF desenvolveu as atividades seguidamente apresentadas.

5.1. Candidaturas e elaboração de novas propostas

5.1.1. Projetos de investigação

Em 2017 confirmou-se a proatividade dos investigadores da UAc através do número de candidaturas a projetos de investigação e prestações de serviços submetidas pela FGF a diversas entidades financiadoras.

No que respeita a projetos de investigação (PI), durante o ano de 2017 foram submetidas 141 candidaturas (61 em 2016), no montante global de 17 240 964,27€. A maioria das verbas solicitadas em sede de candidatura corresponderam a medidas da União Europeia (47%) e da FCT (44%), sendo o remanescente distribuído entre os organismos do Governo Regional dos Açores (7,5%) e outros organismos públicos e privados (Figura 3).

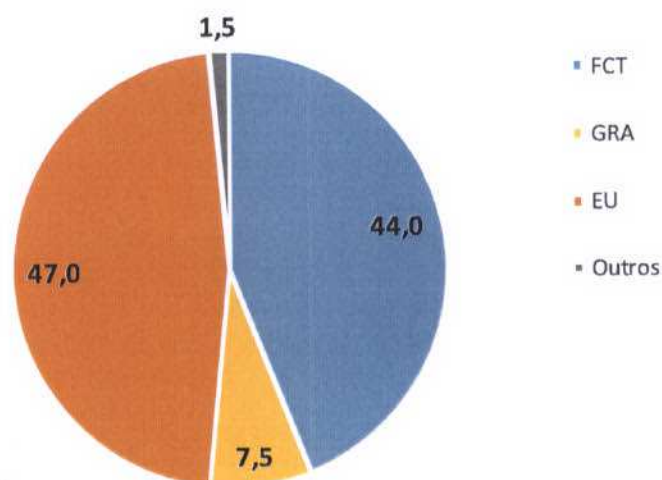


Figura 3. Número de candidaturas a projetos de investigação submetidas pela FGF em 2017 por entidade de financiamento, em percentagem (%).

Das 141 candidaturas submetidas em todos os domínios, já foram objeto de aprovação 42, num montante global contratado de 457.278,89€ (cerca de 4,5% do total

candidatado, Figura 4). Das 42 candidaturas aprovadas, 39 têm como entidade financiadora organismos do GRA, em especial a DRCT, com uma média contratualizada por candidatura de 4.622,53€, tratando-se fundamentalmente de apoio à realização e participação em eventos e apoio a publicações. As 2 candidaturas aprovadas no âmbito de concursos europeus apresentam uma média de financiamento de 123.500,00€. Neste momento ainda existe uma enorme incerteza no que respeita à taxa de sucesso global das candidaturas efetuadas em 2017, uma vez que ainda não há resultados do concurso da FCT e também se desconhece o resultado da maioria das candidaturas a fundos europeus.

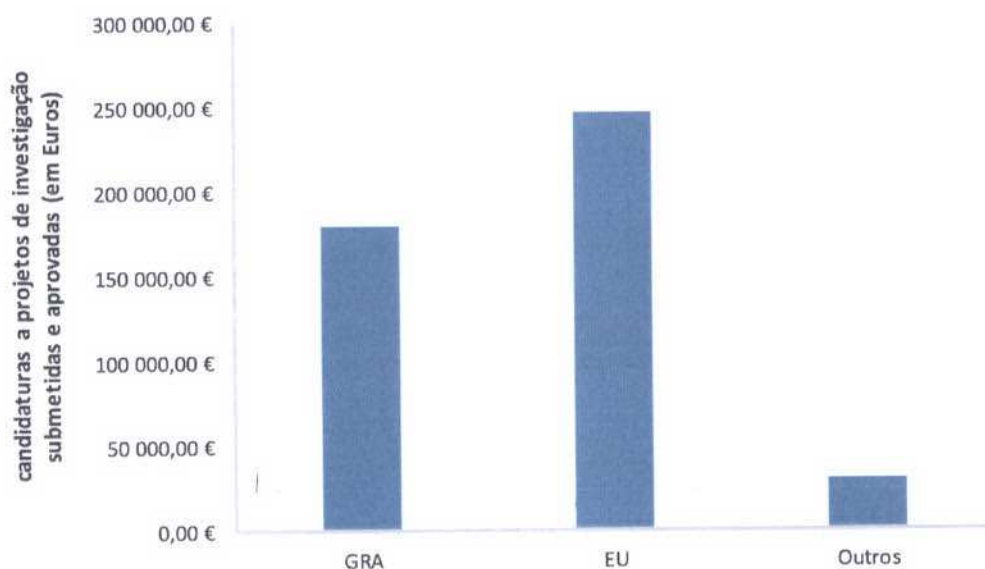


Figura 4. Montante (em euros) de candidaturas a projetos de investigação submetidas e aprovadas em 2017 por entidade de financiamento.

5.1.2. Prestações de serviços de Investigação e Desenvolvimento a diferentes entidades públicas ou privadas.

No que respeita a prestações de serviços, em 2017 a FGF respondeu com propostas a 33 solicitações de serviços de investigação e desenvolvimento num volume global de 3.377.072,08€. Destas propostas, já foram formalizados 16 novos contratos ainda em 2017 (15 em 2016), num montante global de 269.626,39€ (304.397,91€ em 2016).

5.1.3. Atribuição de Bolsas de Investigação Científica

Em 2017 a FGF registou 12 contratos de bolsas (33 em 2016), menos 21 do que em 2016, sendo a maioria de mestre e de licenciado (Figura 5), correspondendo a um volume médio mensal de vencimentos de 11.835,00€ (28.270,00€ em 2016 e 31.645,00€ em 2015). Estes contratos foram celebrados no âmbito de projetos de investigação ou de prestações de serviços. Os dados revelam uma tendência para a diminuição desta tipologia de contrato, a favor dos contratos a termo, como se poderá constatar mais adiante.

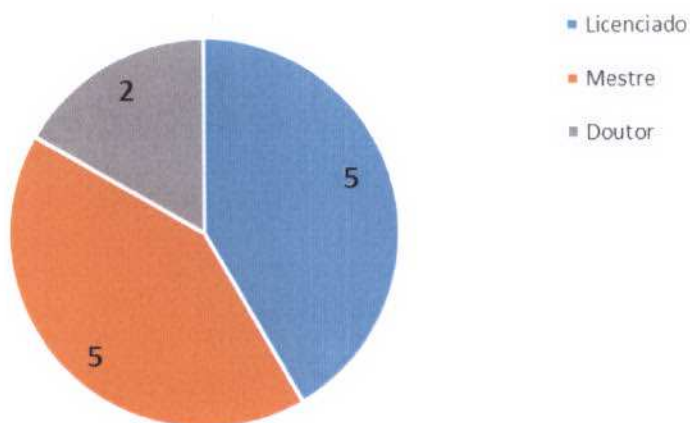


Figura 5. Número de contratos de bolsas de doutor, mestre e licenciado, celebrados pela FGF em 2017.

No que respeita a contratos a termo certo, esta tipologia, que era praticamente inexistente até 2016, tem vindo a assumir uma grande relevância na FGF, em resultado das imposições quer da FCT quer da DRCT, como condição para a provação dos projetos de investigação. Assim, em 2017, a FGF realizou 28 contratos a termo certo, cada um limitado ao período de vigência do projeto em que se insere. A principal fonte de financiamento destes contratos, em qualquer das categorias consideradas, é o GRA no âmbito dos projetos PO Açores 2020 (Figura 6). Estes contratos representam um encargo mensal na ordem dos 40 000 €.

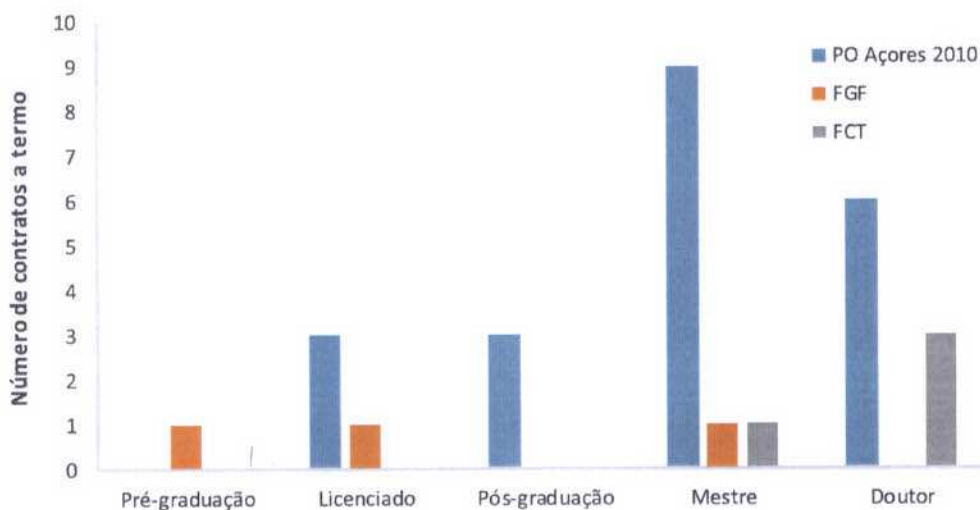


Figura 6. Número de contratos a termo certo de doutor, mestre, pós-graduado, licenciado e pré-graduado, celebrados pela FGF em 2017.

5.1.4. Atividades transversais

Em termos de gestão financeira de projetos de investigação (PI) e prestações de serviços de investigação e desenvolvimento (PS), após aprovação do financiamento é atribuído um código interno de projeto, denominado centro de custos, onde é imputada toda a despesa autorizada, bem como a receita aprovada por rúbricas. Assim, apesar das diferentes tipologias de projeto, considera-se que o número de centros de custos ativos em cada ano é um indicador útil do volume de trabalho desenvolvido pela Fundação.

Em 2017 a FGF geriu 284 centros de custos, menos 23 do que em 2016 (307) (Figura 7). Esta redução do número de centros de custo a que se tem vindo a assistir desde 2015 resulta da orientação deste CD no sentido de encerrar centros de custo que não revelam qualquer movimento nos anos mais recentes, aconselhando os IRs a executar as verbas remanescentes. Dos 284 centros de custo ativos em 2017, cerca de 34% correspondem a projetos de investigação (26,7% PI; 7,4% AF), 36% a prestações de serviços e 29% a organização e participação em eventos científicos (congressos, workshops, seminários, entre outros) e outras atividades diversas (como publicações).

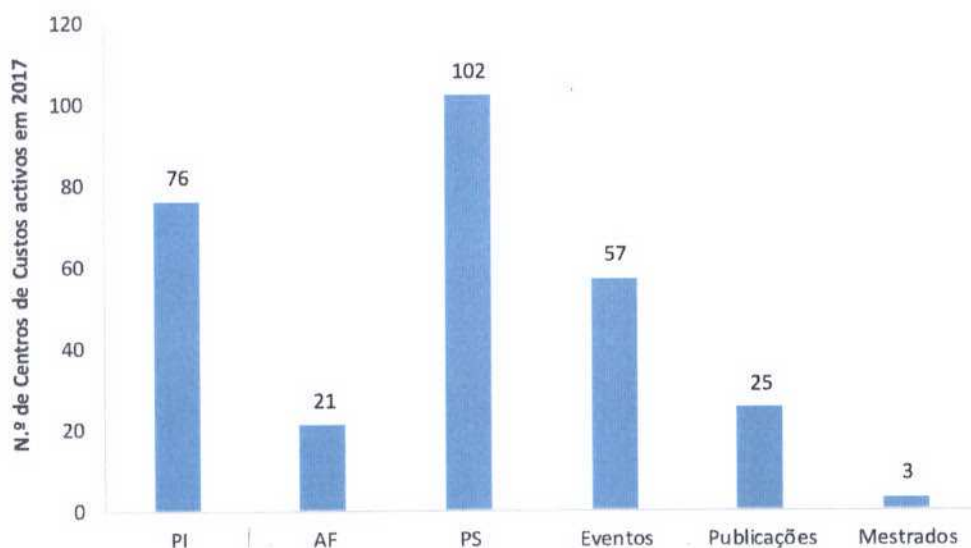


Figura 7. Número de centros de custo ativos em 2017 na FGF, por tipologia de produto.

No global, considerando todas as tipologias de ações desenvolvidas e executadas pela FGF, em 2017 foram cobrados 2.648.652,67€, dos quais 275.926,63€ a título de *overheads*, o que corresponde a uma taxa média de 10,4%. A receita global cobrada em 2017 sofreu um aumento de 34% em relação a 2016 (1.971.087,22 euros), tendência que se mantém desde 2015 (1.698.348,21€) (Figura 8).

A cobrança de *overheads*, quer em termos de valor absoluto quer em termos relativos à receita cobrada, sofreu um ligeiro decréscimo de 2015 (245.875,24€ - 14,5%) para 2016 (196.298,67€ - 10%), tendo aumentado, em termos absolutos, em 2017 para 275.926,63€ (10,4%). Porém, ainda estamos longe da taxa verificada em 2015 (Figura 8).

Esta diminuição ficou a dever-se ao maior volume de projetos de investigação, e em particular aos do POAçores 2020, no seu primeiro ano de execução. Neste primeiro ano ainda não foi transferida a totalidade da verba correspondente à comparticipação do GRA. Por outro lado, foram muito pouco expressivos os reembolsos efetuados pela autoridade de gestão. Acresce também o elevado volume de medidas 3.3 (eventos e publicações) que, no ano em apreço, não contemplaram qualquer taxa de *overheads*.

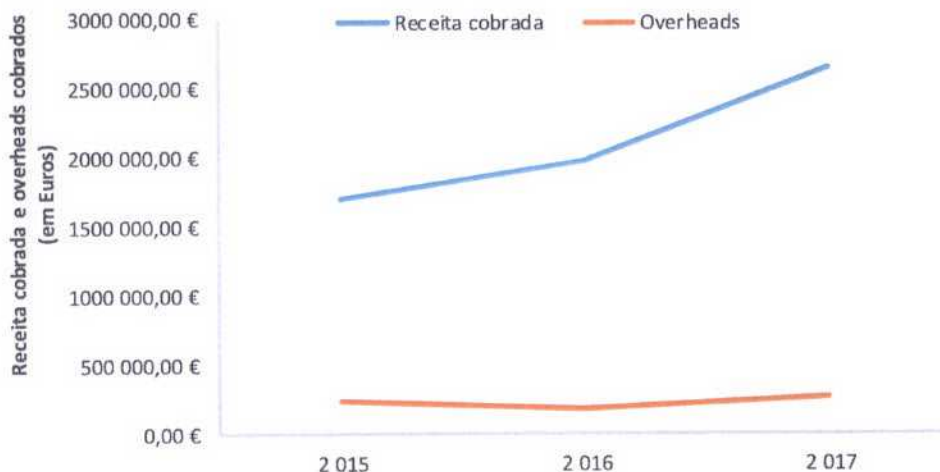


Figura 8. Evolução da receita cobrada e dos *overheads* de 2015 a 2017.

No que respeita à receita arrecadada em 2017, as prestações de serviços representaram 50% (47% em 2016 e 34% em 2015), seguidas dos projetos de investigação com 30% (36% em 2016 e 63% em 2015). Se considerarmos as verbas do apoio ao funcionamento (AF) dos centros de investigação nos projetos de investigação (PI), provenientes da FCT e do GRA, então esta tipologia de produto representa cerca de 46%, aproximando-se muito das prestações de serviços de investigação e desenvolvimento. Este equilíbrio é desejável e fundamental para a solidez das contas e da gestão da FGF uma vez que, contrariamente aos PI, nas PS a execução tem sido condicionada à existência de receita e não apresentam qualquer risco de não elegibilidade.

Esta tendência também se mantém quando analisamos os *overheads* gerados, correspondendo no caso dos projetos de investigação a 34,6% (36% em 2016 e 68% em 2015) e 44,7% no caso das prestações de serviços (44% em 2016). Porém, quando consideramos as verbas de apoio ao funcionamento dos centros em conjunto com os restantes projetos de investigação, o montante de *overheads* gerados representa 54% (Figura 9).

Resulta claro da análise da Figura 9 que os projetos de investigação e as prestações de serviço correspondem à grande maioria da receita arrecadada pela FGF, sendo as restantes tipologias de ações muito residuais. À exceção dos eventos, a maioria dos projetos tem carácter plurianual. De referir que alguns destes produtos (e.g. organização de eventos, apoio à edição de publicações, entre outros), embora de pequena dimensão

financeira, quando analisados individualmente, são em grande número e de enorme significado para as atividades da Universidade dos Açores, traduzindo também uma significativa dedicação de tempo por parte da equipa da FGF afeta à gestão de projetos. Acresce o facto de poder haver um enorme hiato temporal entre a execução e a efetiva cobrança da receita (reembolso), bem como existir sempre um certo risco de não elegibilidade de despesa, o que aumenta os custos de gestão destas medidas.

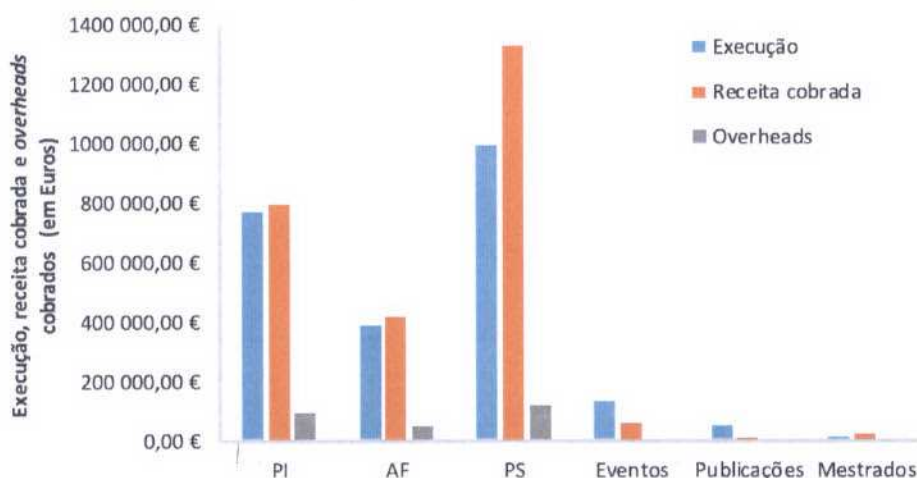


Figura 9. Execução, receita cobrada e *overheads* cobrados durante o ano de 2017 por tipologia de produto.

As medidas de apoio ao funcionamento dos centros de investigação são vitais para a sua sobrevivência e, normalmente, têm origem na FCT e DRCT. Em 2017 a contribuição destas fontes de financiamento foi a constante do gráfico da Figura 10, onde se destaca a FCT com um montante de mais do dobro do da DRCT. Acresce que a verba correspondente aos *overheads* sobre o montante executado da FCT é cerca de 8 vezes superior àquela arrecadada no âmbito das medidas da DRCT. Importa referir que, em 2017, não houve financiamento de apoio ao funcionamento dos centros por parte do GRA, refletindo a figura 8 apenas uma prorrogação da execução por 4 meses das verbas de 2016 e o reembolso em 2017 da execução de 2016. Pela primeira vez, em 2017, após trabalho conjunto do CD da FGF com a DRCT, foi possível contemplar nestas medidas *overheads* à taxa de 10%. Esforço similar tem vindo a ser desenvolvido pelo CD no sentido de garantir uma taxa mínima de *overheads* nas medidas 3.3 (eventos e publicações) que permita mitigar os custos e riscos destas medidas.

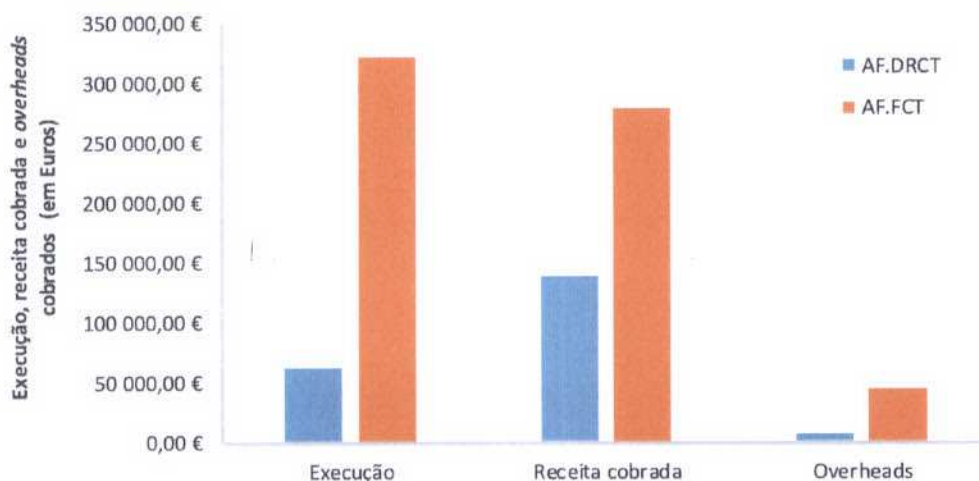


Figura 10. Execução, receita cobrada e *overheads* cobrados durante o ano de 2017 nas verbas de apoio ao funcionamento dos centros por fonte de financiamento (DRCT e FCT).

Da análise da Figura 11, pode concluir-se que estes fatores contribuem para um certo desequilíbrio entre execução e receita cobrada nas medidas *eventos* e *publicações*. A mesma figura permite constatar que nas restantes tipologias de produto, PI, AF e PS, se tem conseguido manter a razão entre execução e receita cobrada equilibrada e, até, com pendor para a receita cobrada. Este equilíbrio é tão mais importante, porquanto se trata das principais (96% da receita) atividades da Fundação Gaspar frutuoso.

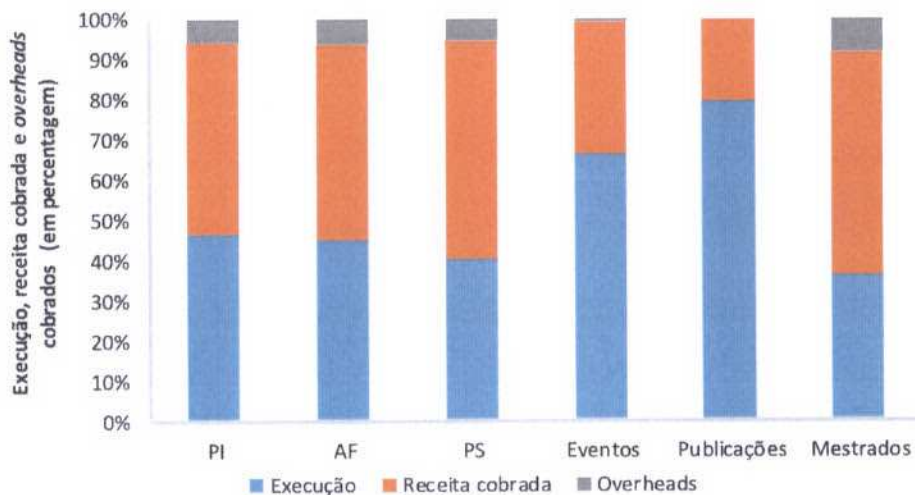


Figura 11. Percentagem da execução, receita cobrada e *overheads* cobrados em 2017 por tipologia de produto.

No que respeita às prestações de serviços, o setor privado representa mais de 80% da execução e cerca de 70% do volume de receita cobrada nesta tipologia, o que também se reflete, naturalmente, nos *overheads* arrecadados (Figura 12).

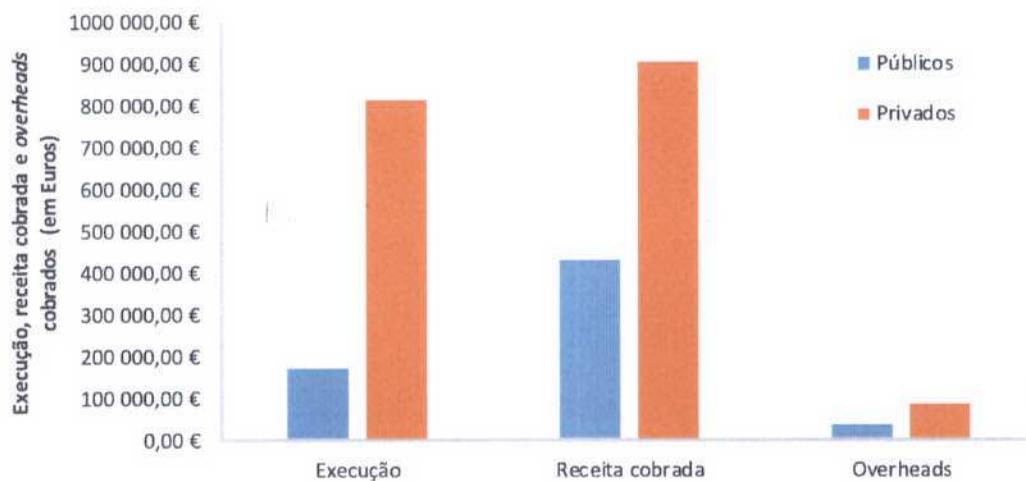


Figura 12. Execução, receita cobrada e *overheads* cobrados durante o ano de 2017 nas prestações de serviços de ciência e tecnologia por setor (público e privado).

Da análise do gráfico da Figura 13 pode verificar-se que a maior parte da receita proveniente dos contratos de prestações de serviços se origina nas áreas científicas correspondentes à Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente (67%), seguida pelas áreas da FCT-UAc (29%). Esta distribuição que sai da tendência esperada, não seguindo a dimensão do pessoal próprio das UOEI, encontra justificação no contrato efetuado com “Los Alamos National Security”, com receita cobrada no valor de 698.472,5€ e execução de despesa de 602.452,1€, representando cerca de 80% das receitas arrecadadas nas áreas da FCAA por via das prestações de serviços.

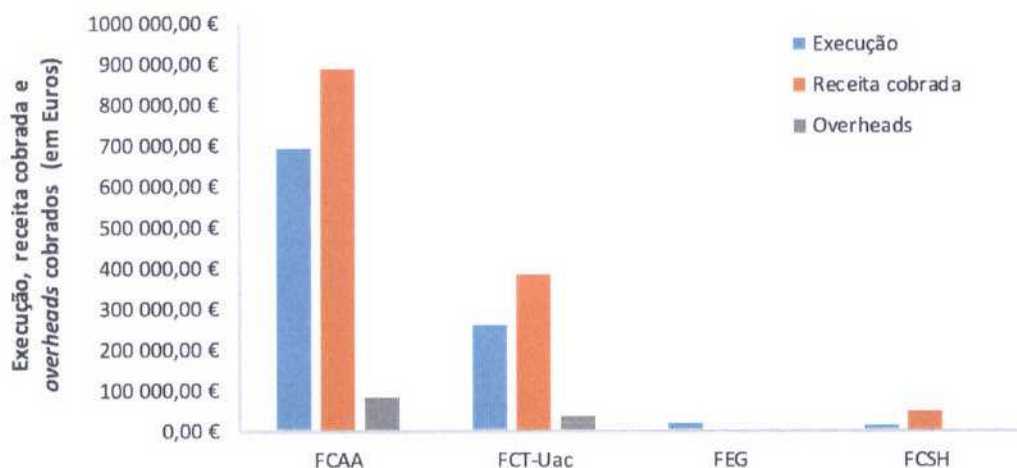


Figura 13. Execução, receita cobrada e *overheads* cobrados durante o ano de 2017 nas prestações de serviços de ciência e tecnologia por setor (público e privado).

Quando se analisa a estrutura de execução e de receita no que respeita aos projetos de investigação, por área científica da UAc (Figura 14), verifica-se que as áreas correspondentes à Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT-UAc) são aquelas que se apresentam com maior volume, o que traduz também a dimensão em pessoal próprio da UAc.

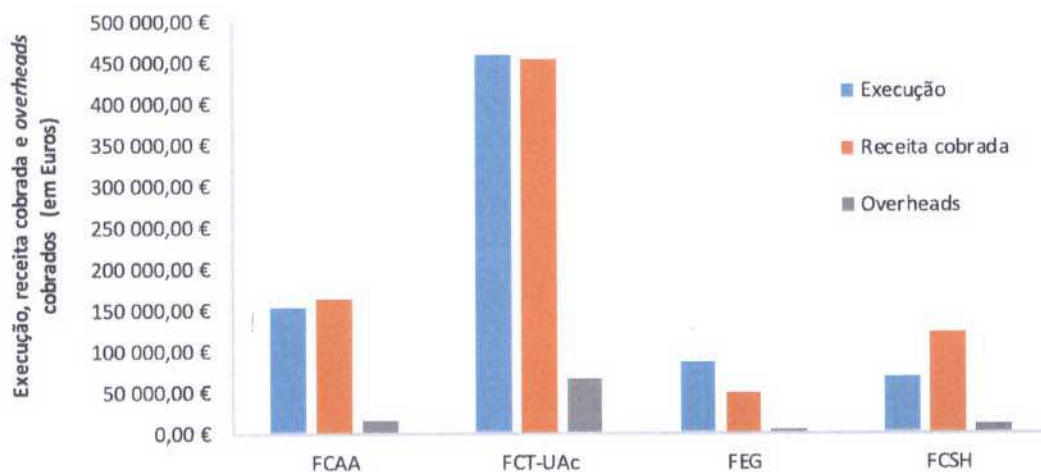


Figura 14. Execução, receita cobrada e *overheads* cobrados durante o ano de 2017 em projetos de investigação por Unidade Orgânica de Ensino e Investigação (UOEI).

A análise da execução, da receita cobrada e dos *overheads* cobrados no âmbito dos projetos de investigação, tendo em conta a fonte de financiamento, permite verificar que a fonte “organismos do Governo Regional dos Açores”, com 35 projetos, é aquela que apresenta maior destaque, quer em execução quer em receita cobrada (Figura 15). Este

destaque fica a dever-se à entrada em plena execução dos 15 projetos do PO Açores 2020.

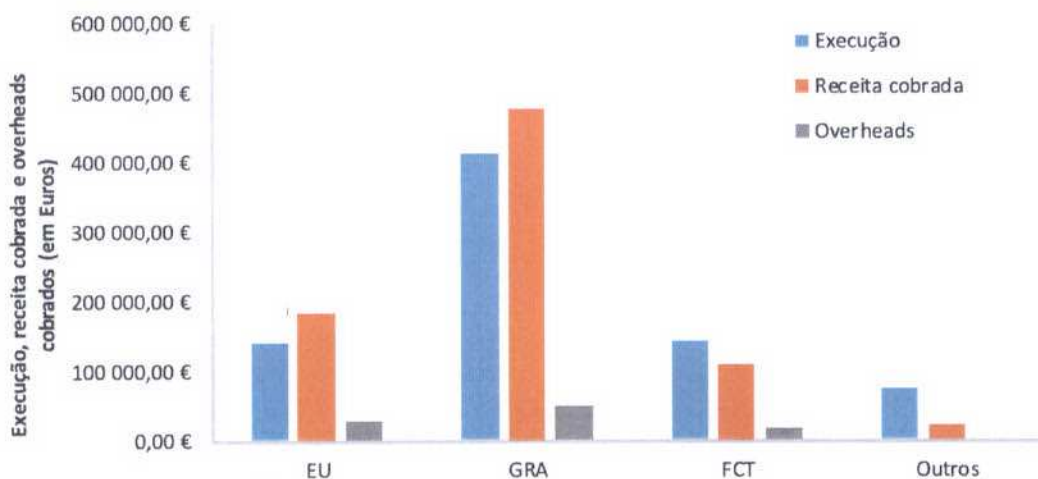


Figura 15. Execução, receita cobrada e *overheads* cobrados durante o ano de 2017 nos projetos de investigação por fonte de financiamento.

O gráfico da Figura 16 permite verificar que, à exceção da fonte de financiamento “outros”, onde estão incluídos organismos como FLAD, Fundação Calouste Gulbenkian, e outras congéneres, todas se encontram relativamente equilibradas entre execução e receita cobrada.

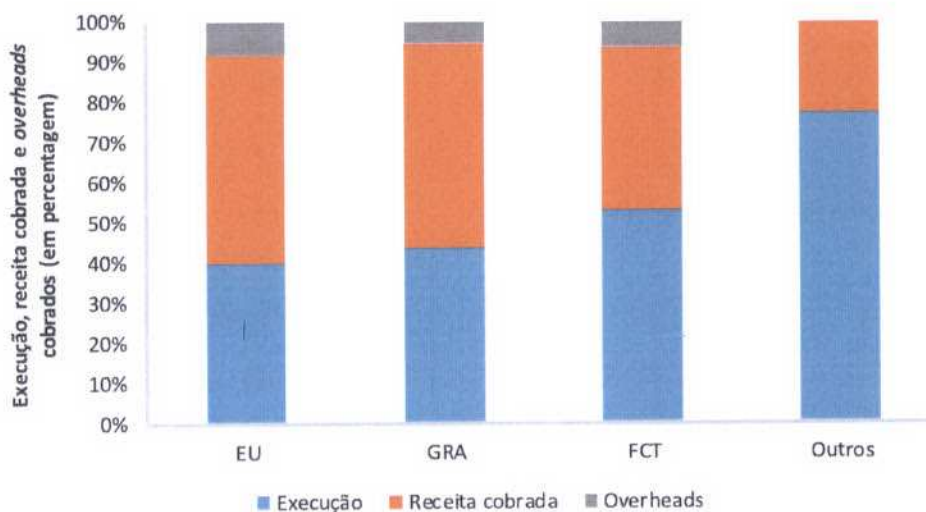


Figura 16. Execução, receita cobrada e *overheads* cobrados em 2017 nos projetos de investigação por fonte de financiamento, em percentagem.

O volume de faturação emitida em 2017, a emissão de requisições e a verificação de cabimento são indicadores do volume de trabalho realizado, em particular nas atividades relacionadas com as prestações de serviço de investigação e desenvolvimento, inscrições em eventos, e dinâmica dos projetos de investigação. Assim, de um total de 502 documentos de despesa/receita emitidos pela FGF em 2017 (847 em 2016 e 319 em 2015), 430 (86%) respeitam a faturas/recibo com um montante de 10.637,61€, correspondendo a pagamentos de inscrições em cursos livres e em eventos (e.g. congressos e seminários) geridos pela FGF. Os restantes 72 (14%) respeitam a faturas a crédito que, embora em menor número, representam a quase totalidade da receita destes itens (1.452.285,24€; 99%), expressando, em particular, a dinâmica de execução material das prestações de serviços.

Em 2017 a FGF emitiu 4018 requisições (uma média de 16 por dia útil) e foram verificados 502 cabimentos de despesa, maioritariamente referentes a reembolsos aos investigadores.

6. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2017 o número de funcionários e colaboradores afetos à Fundação Gaspar Frutuoso era de 37 (trinta e sete), dos quais 4 (quatro) em regime de avença, 5 (cinco) com contrato por tempo indeterminado, 3 (três) contratados a prazo, 21 (vinte e um) contratados a prazo afetos à área operacional de projetos e 4 estagiários L e T. Acresce a Vogal do Conselho Diretivo, que exerce funções a tempo inteiro desde outubro de 2015. E ainda 18 bolseiros de investigação. Face ao ano de 2016, com 10 colaboradores, registou-se um elevado incremento na contratação de recursos humanos para os projetos de investigação em curso.

Na estrutura de funcionamento da Fundação estão afetos 4 (quatro) pessoas em regime de avença, 2 (dois) com contrato por tempo indeterminado e 2 (dois) contratados a prazo. Face ao ano anterior registou-se um aumento de 2 colaboradores.

O número de pessoas afetas à Fundação foi variável ao longo do ano consoante os projetos de investigação e as prestações de serviço em curso.

Os gastos com o pessoal encontram-se detalhados na Figura 17 e na Tabela I, e como se poderá verificar, registara um aumento singular face aos anos anteriores.

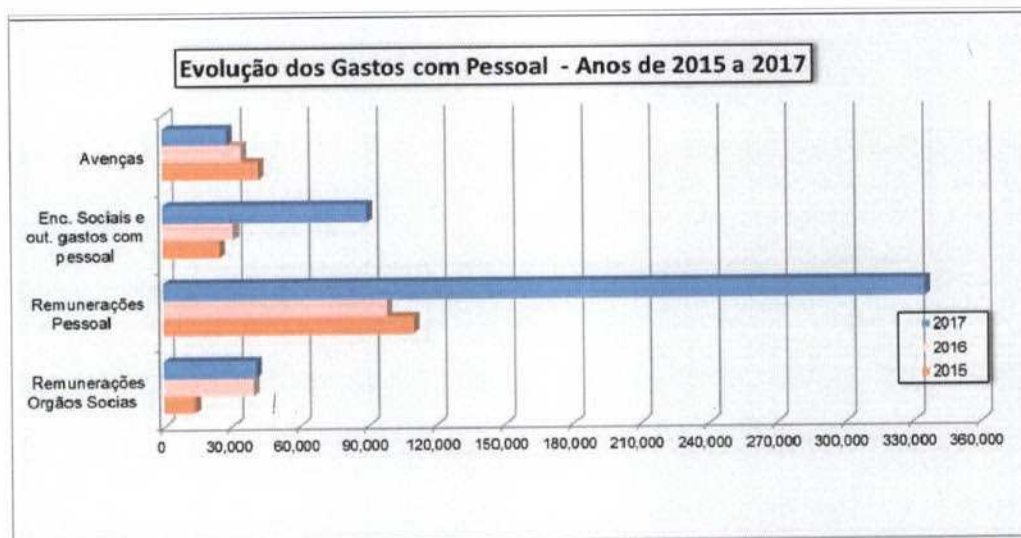


Figura 17. Gastos com o pessoal.

Tabela 1. Gastos com pessoal.

	2015	2016	Var. %	2017	Var. %
1. Pessoal do Quadro a Contrato					
Remunerações Órgãos Sociais	13 534,22 €	39 350,16 €	190,75%	40 545,42 €	3,04%
Remunerações Pessoal	109 893,96 €	98 182,26 €	-10,66%	334 789,99 €	240,99%
Enc. Sociais e out. gastos com pessoal	24 801,04 €	30 977,63 €	24,90%	89 381,66 €	188,54%
Sub - Total	148 229,22 €	168 510,05 €	13,68%	464 717,07 €	175,78%
2. Pessoal Sub-contratado					
Avenças	42 051,87 €	34 297,81 €	-18,44%	28 415,74 €	-17,15%
Sub - Total	42 051,87 €	34 297,81 €	-18,44%	28 415,74 €	-17,15%
3.Total (1+2)	190 281,09 €	202 807,86 €	6,58%	493 132,81 €	143,15%

A remuneração indicada para os Órgãos Sociais refere-se à Vogal do Conselho Diretivo que desempenha funções a tempo inteiro. Nos valores indicados incluem-se estimativas de subsídios de férias, férias e respetivos encargos referentes ao ano de 2017 a liquidar no ano de 2018. As variações dos gastos com pessoal devem-se ao número de contratados nas áreas funcionais dos projetos de investigação e da prestação de serviços e refletem a dinâmica de investigação da UAc.

7. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O orçamento de 2017 traduz a execução que se realizou com base na receita que se conseguiu arrecadar no ano em análise (não contempla saldos de tesouraria do ano anterior), e reflete a execução de projetos de investigação transitados materialmente para 2017 e a concretização de novos protocolos e prestações de serviços de investigação e desenvolvimento aprovados até 31-12-2017. Relaciona, portanto, as receitas obtidas e as despesas realizadas pela Fundação no ano transato, numa ótica orçamental.

São cinco as fontes de financiamento (FF), a saber:

FF 319 – Receitas Gerais, onde se incluem os projetos financiados pela Fundação da Ciência e Tecnologia, IP.

FF 422 – Feder - Transnacional, onde se incluem os projetos cofinanciados ao abrigo do INTERREG MAC 2014-2020 e PO Açores 2020;

FF 482 – Outros - financiamento da União Europeia, onde se incluem os projetos cofinanciados ao abrigo do Horizonte 2020;

FF 510 – Receita Própria do Ano, onde se incluem as prestações de serviços de investigação e desenvolvimento.

FF 540 – Transferências de Receitas Próprias entre Organismos, onde se incluem cofinanciamento de entidades regionais e nacionais.

A fonte de financiamento de maior expressão com impacto orçamental ao nível de receita cobrada recai sobre a FF 510, com receitas provenientes de atividades de prestação de serviços de consultadoria-científica, inscrições de realizações de eventos de promoção da investigação científica e outras receitas de valor residual, tais como análises laboratoriais. A fundação enquadra-se na atividade 202, relacionada com a atividade de ciência e tecnologia.

De entre as despesas de funcionamento da Fundação, suportadas com receitas próprias arrecadadas em 2017, destacamos maioritariamente as seguintes:

- Aplicação em despesas de funcionamento com pessoal próprio e serviços de consultadoria jurídica e fiscal;

- Autorização de um novo contrato de trabalho a termo certo para reforço do gabinete de contabilidade na ótica da logística e tesouraria;
- Autorização de um novo contrato de trabalho a termo certo para reforço do gabinete de projetos para auxílio na preparação e submissão de pedidos de reembolso dos projetos de investigação cofinanciados pelo programa PO Açores 2020, participado pelos fundos comunitários FEDER;
- Adjudicação de um novo contrato de prestação de serviços em regime de tarefa para apoio nas tarefas relativas a contabilidade na ótica orçamental e patrimonial;
- Adjudicação de serviços de assistência técnica da solução informática integrada “ERP Primavera Public Sector”;
- Adjudicação de serviços de assistência técnica da solução informática integrada “ERP Primavera Public Sector” para a transição para o Sistema de Normalização Contabilística para as administrações públicas “SNC-AP”;
- Aquisição de nova viatura ligeira de passageiros para apoio aos trabalhos de campo no âmbito de tarefas previstas nos projetos de investigação e prestação de serviços de investigação e desenvolvimento;
- Reforço do equipamento administrativo e modernização do parque informático.

Informação com maior detalhe é apresentada no Anexo II – orçamento de despesa prevista e executada em 2017 e no Anexo III – Orçamento de receita prevista e executada em 2017.

Comparativamente ao orçamento previsional inicial, as FF 482, FF 510 e FF 540 apresentam variações de receita cobrada e despesa executada positivas explicada fundamentalmente pelo arranque de novos projetos de investigação e prestações de serviços não previstos à data da elaboração da proposta de orçamento para 2017 e com execução já em plenq no ano de análise.

Ao invés, a FF 319, FF 411 e FF 422 apresentam uma variação negativa significativa face a um excesso de estimativa de execução para 2017. Tal fato deveu-se, em parte, ao

adiantamento por receitas próprias (FF510 e FF 540) de despesas originalmente a coberto de fundos europeus (FF 411 e FF 422) ou execução por conta de saldos de gerência do ano anterior.

8. INVESTIMENTOS

A Fundação Gaspar Frutuoso realizou, no ano de 2017, um total de investimentos em equipamentos superior a 145 mil euros, duplicando sensivelmente face ao volume de investimento registado no ano anterior (74 mil euros). Estas aquisições efetuadas no exercício referem-se sobretudo a equipamento básico e administrativo, nomeadamente:

➤ Equipamento Básico	57.064€
➤ Equipamento Transporte.....	33.721€
➤ Equipamento Administrativo.....	54.215€
➤ Ferramentas e Utensílios.....	751€

Os valores realizados destinam-se às atividades de prestação de serviços e dos projetos de investigação, sendo por isso no último caso financiados pelas várias entidades gestoras e financiadoras. Contudo, destaca-se a aquisição de uma viatura de transporte de passageiros com lotação de 9 lugares, para apoio às atividades dos investigadores.

Para o próximo ano, encontram-se previstos investimentos em equipamentos para diversas atividades em execução, dependendo da execução dos contratos de prestação de serviços e das medidas aprovadas no âmbito dos projetos de investigação.

9. FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE

A Fundação Gaspar Frutuoso nas despesas de investimento e funcionamento tem recorrido essencialmente aos subsídios e apoios para os diversos projetos que gere e aos resultados gerados da prestação de serviços.

Desta forma, não tem recorrido a financiamentos externos, nomeadamente a financiamentos bancários.

Quanto às atividades de projetos de investigação e bolsas de investigação, estas são financiadas por entidades externas, ao abrigo de fundos comunitários, programas governamentais e contribuições de entidades públicas e privadas regionais, nacionais e internacionais.

Neste sentido, podemos concluir que a Fundação apresenta uma situação financeira equilibrada, alicerçada na solidez e autonomia financeira. Destacam-se os resultados positivos obtidos no triénio de 2015 a 2017, quando comparados com períodos anteriores onde se haviam registado prejuízos. Destaque ainda para a melhoria do resultado obtido no ano de 2017, quando comparado com o ano de 2016.

Os resultados de exploração do presente exercício são, contudo, reveladores do incremento da atividade operacional, decorrentes das prestações de serviços, mas com particular destaque para a execução de projetos de investigação já contratualizados. Ao nível das medidas de investigação, assinala-se a maior execução das medidas no quadro comunitário de apoio, apesar de algum condicionamento por parte da disponibilidade de financiamento e pela submissão de novas candidaturas aos programas de apoio à investigação e ciência. As condicionantes na submissão de candidaturas e aprovações de novos projetos tiveram de igual modo reflexo ao nível dos procedimentos de contratação e de transferências de verbas. Estas condicionantes constituíram desafios ao Conselho Diretivo, que desenvolveu uma gestão coerente e rigorosa, de modo a garantir a execução dos compromissos assumidos condicionada à prévia aprovação e ao recebimento por parte das entidades financiadoras ou contratantes.

De destacar ainda o desenvolvimento de variadas ações no âmbito da colaboração institucional com a Universidade dos Açores, no âmbito de projetos de investigação e de eventos contratualizados com diferentes entidades financiadoras.

Os montantes contratualizados por executar em 31 de dezembro de 2017 ascendiam a 3,4 milhões de euros (menos cerca de 600 mil euros face aos 4 milhões de euros do ano de 2016), destacando-se as medidas no âmbito do PO Açores 2020. Deste montante, encontrava-se por receber das diferentes entidades financiadoras um valor superior a 3,5 milhões de euros (menos 400 mil euros face aos 4 milhões em 2016).

Neste sentido, a disponibilização das verbas pelas entidades financiadoras é fundamental para garantir a cobertura financeira da execução dos projetos de investigação. Prevê-se a manutenção dos níveis de execução das medidas de apoio à investigação nos anos de 2018 e de 2019, embora condicionada à submissão de novas medidas de apoio face às disponibilidades financeiras no âmbito do quadro comunitário de apoio e, sobretudo, da disponibilização dos apoios financeiros aprovados.

10. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A Fundação Gaspar Frutuoso encontra-se em situação financeira estável, quando comparados os ativos com os capitais próprios que apresenta.

O resultado apresentado no exercício, quando comparado com os anos transatos, permitiu melhorar os resultados líquidos positivos (26.481 euros em 2017 face a 11.622 euros registados em 2016). O nível das responsabilidades assumidas pela Fundação na execução dos projetos de investigação, registou uma redução em cerca de 600 mil euros (-14,7%), enquanto os valores aprovados e ainda não recebidos das entidades financiadoras sofreram um decréscimo homólogo de aproximadamente 400 mil euros (-10,5%).

O ativo líquido totalizou o valor de 6,304 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 4,6% (302 mil euros), quando comparado com o valor de 6,606 milhões de euros do ano anterior. Esta variação deve-se sobretudo à redução nas rubricas de outros créditos a receber e de outras dívidas a pagar, que registam os contratos em dívida por parte das entidades financiadoras e os valores por executar dos projetos de investigação, e que ultrapassavam àquela data os valores de 3,5 milhões de euros e 3,4 milhões de euros, respetivamente.

Os clientes em dívida registaram uma diminuição de 29,6% face aos valores registados no ano anterior, apesar do crescimento da rubrica de prestação de serviços (10,4%).

O ativo não corrente, referente aos bens de imobilizado, registou uma redução (4,1%), apesar do investimento realizado em aquisições de equipamentos, quando comparado com o valor das depreciações efetuadas no exercício.

Os depósitos bancários em 31 de dezembro de 2017 registaram um aumento de 101% face ao período anterior.

O nível do passivo total ultrapassou 4,5 milhões de euros, o que representa uma redução de 6,3% (304 mil euros), quando comparado com o valor de 4,8 milhões de euros do ano anterior. Esta variação justifica-se pela redução da rubrica de outras contas dívidas a

pagar, decorrente dos compromissos por executar de projetos e eventos, assumidos pela Fundação.

Os valores em dívida a fornecedores em 31 de dezembro 2017, atingiam os 28 mil euros (2,4 mil euros em 2016), não se registando valores em incumprimento ou mora nos prazos de pagamento.

Considerando que a maior rubrica do passivo é a execução dos protocolos e contratos assumidos, ressalva-se a importância do fluxo de recebimentos contratados e contabilizados no ativo da Fundação, como maior garante do cumprimento da execução dos contratos celebrados com projetos e eventos.

A rubrica de Capital Próprio, manteve sensivelmente os valores do ano anterior. Apesar da redução da rubrica de subsídios ao investimento (Outras variações nos fundos patrimoniais), esta foi compensada pelos resultados positivos obtidos.

A situação líquida da Fundação Gaspar Frutuoso está resumida na Tabela 2.

Tabela 2. Situação líquida da Fundação Gaspar Frutuoso.

RÁCIOS	2015	2016	2017
Autonomia Financeira (Cap. Próprio / Total Ativo Líq.) * 100	46%	27%	28%
Cobertura Imobilizado (Cap. Perman. / Total Ativos Fixos Líq.) * 100	456%	693%	719%
Solvabilidade (Cap. Próprio / Total Passivo)	0,86	0,37	0,39
Liquidez Geral (Activo Circulante / Passivo Circulante)	1,67	1,32	1,34
Liquidez Imediata (Dep. Bancários + caixa / Passivo Circulante)	0,96	0,43	0,51

A autonomia financeira registou uma ligeira melhoria face ao ano anterior em cerca de 1 ponto percentual. O nível atingido permite a cobertura de 28% do ativo líquido da Fundação, considerando os passivos assumidos e a dependência dos financiadores externos para a solvência dos mesmos.

Ao nível da cobertura do imobilizado, o rácio é bastante positivo, uma vez que todos os ativos imobilizados se encontram cobertos por capitais próprios em mais de 7 vezes. Este indicador melhorou significativamente nos últimos anos, traduzindo a

capacidade de a Fundação financiar as aquisições dos mesmos por subsídios ao investimento obtidos ou por resultados de exploração gerados pela Fundação. Contudo, este rácio encontra-se condicionado aos níveis de investimento registados nos últimos exercícios.

Analisando o rácio de solvabilidade da Fundação, os valores são inferiores a 1, o que traduz a insuficiência de capitais próprios da Fundação face ao passivo total. Este indicador é por um lado justificável pelo passivo da entidade maioritariamente relacionado com contratos assumidos com projetos e prestações de serviços, mas por outro lado releva a necessidade de reforço de capitais próprios da entidade face às necessidades de financiamento que o aumento da atividade coloca à Fundação.

Ao nível dos indicadores de liquidez geral, o indicador é superior a 1, dado que o ativo corrente é superior ao passivo corrente. Quanto ao rácio da Liquidez reduzida, que compara o valor de depósitos bancários e caixa com o passivo total, o valor é inferior a 1.

Destaca-se, contudo, uma melhoria generalizada de todos os indicadores acima referidos no ano de 2017, quando comparados com o ano anterior.

11. EVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS

Ao nível dos rendimentos e gastos, o ano de 2017 registou o maior ano de sempre de atividade operacional, representando um aumento de 40% do nível de rendimentos, enquanto os gastos registaram um crescimento de 39%. Estas variações decorrentes da atividade operacional permitiram apresentar um resultado operacional positivo superior ao ano anterior. Na Figura 18 fez-se a análise dessa realidade.



Figura 18. Evolução da atividade da Fundação Gaspar Frutuoso.

O ano de 2017 registou um aumento expressivo do nível da execução de gastos, associados à execução de projetos, eventos e prestação de serviços, quando comparado com o ano anterior (Figura 18). Quanto ao nível de Gastos, o ano de 2017 registou um total de 2,53 milhões de euros, o que representa um aumento de 40% face ao ano de 2016 com 1,81 milhões de euros (figura 18).

Na Figura 19 demonstra-se a estrutura de gastos da Fundação no corrente exercício.

Estrutura de Gastos 2017

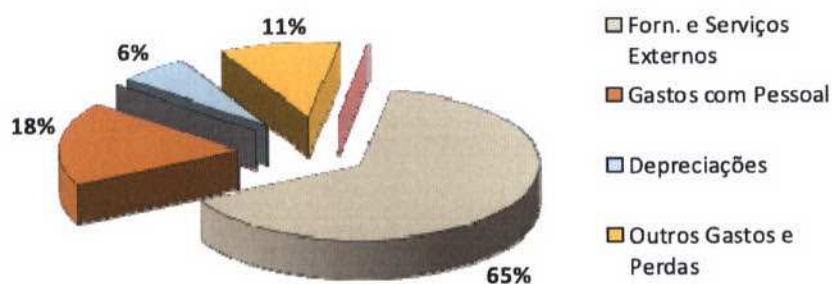


Figura 19. Estrutura de gastos da Fundação no corrente exercício.

De acordo com a Figura 19, a rubrica de gastos com maior contribuição é a de Fornecimentos e Serviços Externos (65%), seguindo-se os Gastos com Pessoal, exceto avenças, (18%), os Outros Gastos e Perdas (11%), onde se incluem os encargos com bolsheiros, as Amortizações e Depreciações (6%). De destacar face ao ano anterior, o aumento do peso percentual da rubrica de gastos com Pessoal, que passou de 9% para 18 %, decorrente da contratação a termo de recursos humanos afetos a projetos de investigação em curso.

Ao nível dos gastos de funcionamento da estrutura administrativa da Fundação Gaspar Frutuoso, nos anos de 2016 e de 2017, registaram os valores apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Gastos de funcionamento da estrutura administrativa da Fundação Gaspar Frutuoso, nos anos de 2016 e de 2017.

Rubricas	2016	2017	Var. %
Despesas de Capital	3 473,42 €	36 708,23 €	956,83%
Despesas com Pessoal	108 531,83 €	132 505,27 €	22,09%
Aquisição de Serviços	100 566,77 €	65 435,31 €	-34,93%
Aquisição de Bens	5 858,77 €	6 422,71 €	9,63%
Total	218 430,79 €	241 071,52 €	10,37%

Na Figura 20, é representada a distribuição percentual das rubricas de despesas de funcionamento da Fundação.

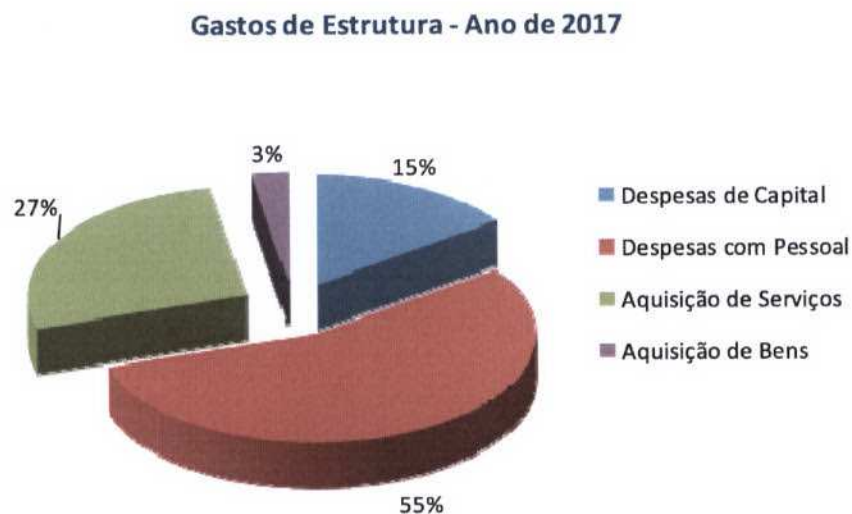


Figura 20. Distribuição percentual das rubricas de despesas de funcionamento da Fundação.

Quanto à estrutura de Rendimentos, no ano de 2017 totalizaram 2,56 milhões de euros, o que representa um aumento de 40%, face ao ano anterior, com 1,82 milhões de euros.

Na Figura 21, é detalhada a estrutura de Rendimentos da Fundação no ano de 2017:



Figura 21. Estrutura de Rendimentos da Fundação.

Ao nível dos Rendimentos, de destacar no ano de 2017 a maior contribuição por parte dos Subsídios à Exploração (56%), seguindo-se a Prestação de Serviços (40%).

Comparativamente com os últimos dois anos, podemos desde logo assinalar uma inversão da tendência em relação à redução do peso percentual da prestação de serviços na estrutura total de rendimentos (40% em 2017 face a 51% registado em 2016), em contrapartida com os subsídios à exploração (56% em 2017 face a 40% e registados em 2016).

Seguem-se os Outros Rendimentos (4%), provenientes da imputação anual dos subsídios para aquisição de equipamentos, e as Reversões de Imparidades, decorrentes do recebimento de créditos de cobrança duvidosa de clientes (menos de 1%).

A gestão das receitas e da tesouraria da Fundação Gaspar Frutuoso tem assim exigido uma adequação da execução dos gastos associados à especialização dos subsídios recebidos e das prestações de serviços.

Por outro lado, e apesar do crescimento dos serviços prestados no ano de 2017, a Fundação vê-se na contingência de gerir os gastos de funcionamento e de apoio a outras atividades que não beneficiem de apoios e medidas de financiamento externos, associados ao volume de medidas de investigação contratualizadas e ao recebimento destas rubricas de rendimentos.

De modo a averiguar-se a evolução das rubricas de gastos e de rendimentos face ao ano anterior, resume-se na Tabela 4 o comparativo entre os anos de 2016 e de 2017.

Da análise da Tabela 4, assinala-se o aumento generalizado da estrutura de gastos e de proveitos da Fundação, decorrente da maior atividade operacional no ano de 2017. Ao nível das rubricas de Rendimentos, destaque para o aumento registado nos Subsídios à Exploração (97%) e na Prestação de Serviços (10%), por contraste com as rubricas de Outros Rendimentos (-32%), ao qual se encontra associado a imputação de subsídios ao investimento, e de Juros e rendimentos obtidos no exercício (-100%).

Ao nível dos gastos, os aumentos registados nas rubricas de Gastos com Pessoal (175%), fruto do aumento extraordinário do número de recursos humanos contratados afetos aos projetos de investigação, e de Fornecimentos e Serviços Externos (37%) refletem a elevada execução de despesa ocorrida no exercício pela Fundação Gaspar

Frutuoso sobretudo associada aos contratos de investigação assumidos no âmbito de medidas de apoio de base regional e comunitário.

Tabela 4. Evolução das rubricas de gastos e de rendimentos entre os anos de 2016 e de 2017.

Gastos e Perdas	2016	2017	Var. %
Forn. e Serviços Externos	1 197 328,27 €	1 643 018,04 €	37,22%
Gastos com Pessoal	168 510,05 €	464 717,07 €	175,78%
Imparidades Div. a Receb.	0,00 €	0,00 €	a)
Depreciações	225 588,24 €	158 764,75 €	-29,62%
Outros Gastos e Perdas	223 348,37 €	272 680,96 €	22,09%
Gastos e Perd. Financ.	0,00 €	0,00 €	a)
Totais	1 814 774,93 €	2 539 180,82 €	39,92%
Rendimentos e Ganhos			
Vendas e Prest. Serviços	929 778,39 €	1 026 002,48 €	10,35%
Subsídios à Exploração	728 545,97 €	1 433 859,90 €	96,81%
Reversão de Imparidades	12 913,28 €	4 328,32 €	a)
Outros Rend. e Ganhos	148 775,33 €	101 471,96 €	-31,80%
Juros e Rend. Obtidos	6 383,96 €	0,00 €	-100,00%
Totais	1 826 396,93 €	2 565 662,66 €	40,48%

a) sem significado

Quanto aos Rendimentos e Ganhos Financeiros, no que se refere aos juros, regista-se uma acentuada diminuição, fruto da obrigatoriedade da Fundação depositar as suas disponibilidades junto do IGCP.

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, engloba sobretudo os subsídios ao investimento imputados no exercício, uma vez que a maior parcela se encontra na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio, no Balanço, seguindo o princípio contabilístico da especialização do exercício, em que os investimentos realizados são imputados a rendimentos dos exercícios em que são amortizados.

O resultado líquido do exercício foi positivo em cerca de 26 mil euros, fruto da política de rigor da Fundação para garantir a execução dos compromissos assumidos, face a um ano exigente considerando o elevado nível de execução financeira, as limitações ao

acesso e na redução da aprovação de novas candidaturas, às contingências na transferências por parte de algumas das entidades financiadoras e à continuidade de dificuldades de operacionalização inerentes à entrada em pleno funcionamento do QCA em vigor.

De assinalar os gastos de funcionamento decorrentes do novo enquadramento da Fundação Gaspar Frutuoso, Fundação Pública, com implementação de aplicação informática (ERP PRIMAVERA PUBLIC SECTOR) e novas regras relacionadas com contratação pública, contabilidade orçamental e novos reportes de informação a diversas entidades, que exigiram quer financeiramente quer operacionalmente um esforço adicional da entidade e seus colaboradores.

Em suma, os resultados obtidos resultaram sobretudo do incremento da execução de medidas de apoio à investigação por parte da Fundação Gaspar Frutuoso no ano de 2017. Os resultados obtidos no ano de 2017 foram positivos, representando uma melhoria face ao ano de 2016 em cerca de 15 mil euros, e mantendo assim o registo de inversão dos prejuízos registados entre os anos de 2012 a 2014.

Estamos perante uma Fundação Pública sem fins lucrativos, com necessidade de incrementar as suas receitas próprias, dada a dependência dos apoios e subsídios para equilíbrio das contas de exploração e capacidade financeira capaz de manter o desenvolvimento do seu objeto social e a execução dos projetos e medidas contratuais com as diferentes entidades financiadoras.

O risco incorrido encontra-se na necessidade de assegurar um nível de receitas compatível com a estrutura de gastos e com os níveis de investimento contratualizados, de forma a garantir a cobertura dos encargos de estrutura e assegurar a sustentabilidade da Fundação Gaspar Frutuoso.

A alteração de algumas tipologias de financiamento ao abrigo do atual Quadro Comunitário de Apoio, com a redução de adiantamentos de verbas, vem acrescer o desafio na gestão financeira da Fundação, do qual dependerá o reembolso em prazo aceitável por parte das entidades financiadoras.

12. FISCALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO

Decorrente dos Estatutos, o Fiscal Único é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da Fundação.

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, no que respeita ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, poderão consultar no anexo IV o relatório e parecer deste Órgão, e no anexo V a respetiva Certificação Legal das Contas.

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho Diretivo da Fundação Gaspar Frutuoso, FP, propõe que o resultado líquido do exercício de 2017, no valor de 26.481,84€ (vinte e seis mil quatrocentos e oitenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos) seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

14. RESUMO E DESAFIOS

Neste ponto retomam-se as questões abordadas neste relatório que, no entender do CD, se constituíram como os principais desafios à gestão da FGF, quer em termos do ano de 2017, quer perspetivados em relação ao ano de 2018.

As mudanças no enquadramento jurídico da FGF e as suas consequências práticas constituem o primeiro dos desafios com que temos vindo a lidar. Desde logo, ainda em 2015, mas com impacto pleno em 2016 e, mais ainda em 2017. Está sobretudo em causa a integração da FGF no conjunto de organismos que consolida as suas contas no Orçamento de Estado e a passagem das contas da Fundação para a esfera do IGCP. Em termos práticos, este conjunto de mudanças legais obrigou a um maior trabalho de reporte da FGF e a um maior constrangimento nas opções de gestão (incluindo as dos IR's), algo que se traduz num maior volume de trabalho burocrático, designadamente através de procedimentos contabilísticos de complexidade acrescida.

O segundo grande desafio para a FGF em 2017 foi a implementação dos projetos do PO2020, em especial a realização de contratações segundo um modelo contratual imposto e novo para a FGF, a contratação a termo.

As prestações de serviços viram o seu volume aumentar e esse resultado atenuou os impactos negativos do aumento de responsabilidades financeiras nos projetos. Isso deve-se ao facto de os *overheads* nas prestações de serviços serem cobrados sempre que há entrada de receita e de só ser autorizada despesa mediante a existência de liquidez nos respetivos centros de custo.

A aquisição de uma viatura apoio às atividades de investigação e a outras atividades da Universidade dos Açores.

Para 2018, tal como aconteceu em 2017, o principal desafio da FGF tem a ver com o recebimento das importâncias em dívida, para que possa manter liquidez de maneira a poder garantir a execução (adiantamento) dos projetos de investigação.

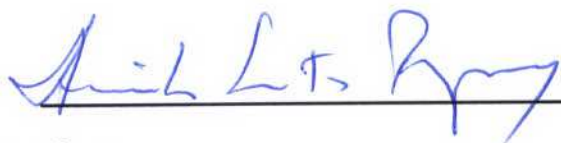
Um desafio complementar, passa por se perceber até onde é que a FGF pode aceitar novos projetos sem comprometer a sua capacidade de financiar os que já estão

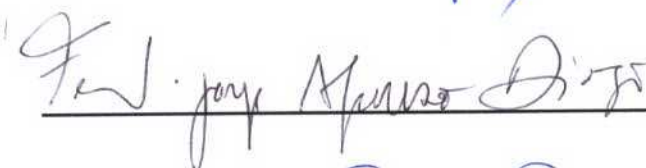
acordados. É que em 2018 já foram lançados novos concursos para PI, dos quais se está à espera dos resultados.

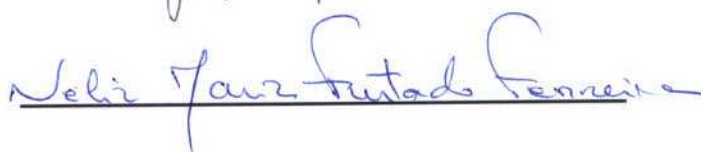
É na relação entre receitas próprias, o reembolso de adiantamentos, o volume financeiro dos compromissos contratualizados e as taxas de execução dos projetos que se jogará a capacidade da FGF de satisfazer os compromissos assumidos e contratualizar novos projetos.

Ponta Delgada, 10 de abril de 2018

O Conselho Diretivo,







ANEXO I. ORÇAMENTO DE DESPESA PREVISTA E EXECUTADA EM 2017

Tabela I.1. Orçamento de Despesa prevista em 2017

Descrição	319 Receitas Gerais	411 422 FEDER Cooperação Transnacional	482 Outros Financiamento União Europeia	510 Receita própria do ano	540 Transf. Receita Própria entre organismos	Dotação total
Despesas com pessoal		262 339.00 €		176 539.00 €	78 564.00 €	517 442.00 €
Aquisição de bens e serviços	534 578.00 €	320 636.00 €	32 913.00 €	623 175.00 €	204 333.00 €	1 715 635.00 €
Transferências correntes	133 644.00 €		11 942.00 €	72 500.00 €		218 086.00 €
Outras despesas correntes						- €
Aquisição de bens de capital	30 000.00 €	12 000.00 €			14 500.00 €	56 500.00 €
Total executado	698 222.00 €	594 975.00 €	44 855.00 €	872 214.00 €	297 397.00 €	2 507 663.00 €

Tabela I.2. Orçamento de Despesa executada em 2017.

Descrição	319 Receitas Gerais	411 422 FEDER Cooperação Transnacional	482 Outros Financiamento União Europeia	510 Receita própria do ano	540 Transf. Receita Própria entre organismos	Dotação total
Despesas com pessoal	78 493.87 €	24 504.64 €	836.09 €	317 657.42 €	84 787.38 €	506 279.40 €
Aquisição de bens e serviços	101 957.15 €	20 978.51 €	71 368.10 €	786 737.33 €	302 189.22 €	1 283 230.31 €
Transferências correntes	20 449.95 €	75 340.42 €	27 430.63 €	72 427.49 €	32 924.92 €	228 573.41 €
Outras despesas correntes	140.61 €			104 093.36 €	10 196.18 €	114 430.15 €
Aquisição de bens de capital	12 540.77 €		1 154.47 €	70 952.33 €	56 263.83 €	140 911.40 €
Total executado	213 582.35 €	120 823.57 €	100 789.29 €	1 351 867.93 €	486 361.53 €	2 273 424.67 €

ANEXO II. ORÇAMENTO DE RECEITA PREVISTA E EXECUTADA EM 2017

Tabela II.1. Orçamento de Receita prevista em 2017.

Descrição	319 Receitas Gerais	411 422 FEDER	482 Outros Financiamento União Europeia	510 Receita própria do ano	540 Transf. Receita Própria entre organismos	Previsão total
Rendimentos de propriedade				5 000.00 €		5 000.00 €
Transferências correntes	668 222.00 €	582 975.00 €	44 855.00 €		282 897.00 €	1 578 949.00 €
Vendas de bens e serviços correntes				867 214.00 €		867 214.00 €
Transferências de capital	30 000.00 €	12 000.00 €			14 500.00 €	56 500.00 €
Total executado	698 222.00 €	594 975.00 €	44 855.00 €	872 214.00 €	297 397.00 €	2 507 663.00 €

Tabela II.2. Orçamento de Receita cobrada em 2017.

Descrição	319 Receitas Gerais	411 422 FEDER	482 Outros Financiamento União Europeia	510 Receita própria do ano	540 Transf. Receita Própria entre organismos	Previsão total
Rendimentos de propriedade						- €
Transferências correntes	374 527.22 €	176 531.64 €	148 398.37 €	32 918.32 €	578 580.08 €	1 310 955.63 €
Vendas de bens e serviços correntes				1 568 781.50 €		1 568 781.50 €
Transferências de capital						- €
Total executado	374 527.22 €	176 531.64 €	148 398.37 €	1 601 699.82 €	578 580.08 €	2 879 737.13 €

ANEXO III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPETIVAS NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço em 31 de dezembro de 2017 e 2016


Euros

RUBRICAS	NOTAS	31 Dez 2017	31 Dez 2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	244,660.91	257,227.90
Ativos intangíveis	5	675.83	406.43
Investimentos Financeiros	6	1,723.03	43.69
		247,059.77	257,678.02
Ativo corrente			
Inventários	7	100.75	265.84
Estado e outros entes públicos	8	0.00	3,394.84
Outros créditos a receber	9	3,742,412.10	4,254,916.49
Diferimentos	10	13,262.77	1,083.01
Caixa e depósitos bancários	11	2,301,229.46	2,089,186.80
		6,057,005.08	6,348,846.98
Total do ativo		6,304,064.85	6,606,525.00
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	748,196.85	748,196.85
Reservas	13	1,101,356.84	1,101,356.84
Resultados transitados	14	-192,498.35	-204,120.35
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	15	94,845.66	129,990.36
		1,751,901.00	1,775,423.70
Resultado líquido do período		26,481.84	11,622.00
Total dos fundos patrimoniais		1,778,382.84	1,787,045.70
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	16	28,570.90	2,475.33
Estado e outros entes públicos	8	33,759.94	26,440.13
Outras dívidas a pagar	17	3,492,889.93	4,059,391.29
Diferimentos	10	970,461.24	731,172.55
		4,525,682.01	4,819,479.30
Total do passivo		4,525,682.01	4,819,479.30
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6,304,064.85	6,606,525.00

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



J. J. José Gomes
 Nelson José Frutuoso Frutuoso

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2017	31 Dez 2016
Vendas e serviços prestados	18	1,026,002.48	929,778.39
Subsídios, doações e legados à exploração	19	1,433,859.90	728,545.97
Fornecimentos e serviços externos	20	-1,643,018.04	-1,197,328.27
Gastos com o pessoal	21	-464,717.07	-168,510.05
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	4,328.32	12,913.28
Outros rendimentos	22	101,471.96	148,775.33
Outros gastos	23	-272,680.96	-223,348.37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		185,246.59	230,826.28
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	24	-158,764.75	-225,588.24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26,481.84	5,238.04
Juros e rendimentos similares obtidos	25	0.00	6,383.96
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		26,481.84	11,622.00
Imposto sobre o rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		26,481.84	11,622.00

O Contabilista Certificado

O Conselho Diretivo

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

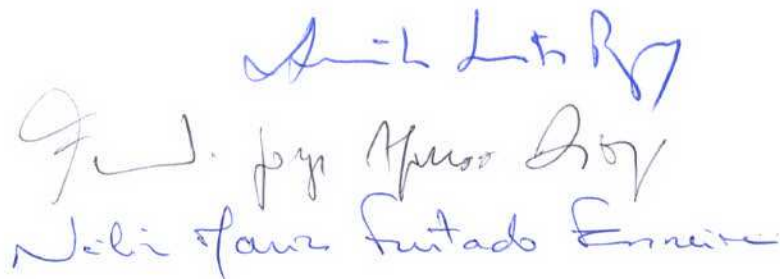
Euros

DESCRIÇÃO	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores						Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
Posição no início de 2016	748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-375,584.51	221,817.15	171,464.16	1,867,250.49
Saldo Inicial reexpresso	748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-375,584.51	221,817.15	171,464.16	1,867,250.49
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	0.00	0.00	0.00	171,464.16	-91,826.79	-171,464.16	-91,826.79
	0.00	0.00	0.00	171,464.16	-91,826.79	-171,464.16	-91,826.79
Resultado Líquido do Período						11,622.00	11,622.00
Resultado Integral						11,622.00	11,622.00
Posição no fim de 2016	748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-204,120.35	129,990.36	11,622.00	1,787,045.70
Posição no início de 2017	748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-204,120.35	129,990.36	11,622.00	1,787,045.70
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	0.00	0.00	0.00	11,622.00	-35,144.70	-11,622.00	-35,144.70
	0.00	0.00	0.00	11,622.00	-35,144.70	-11,622.00	-35,144.70
Resultado Líquido do Período						26,481.84	26,481.84
Resultado Integral						26,481.84	26,481.84
Posição no fim de 2017	748,196.85	91,074.66	1,010,282.18	-192,498.35	94,845.66	26,481.84	1,778,382.84

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016

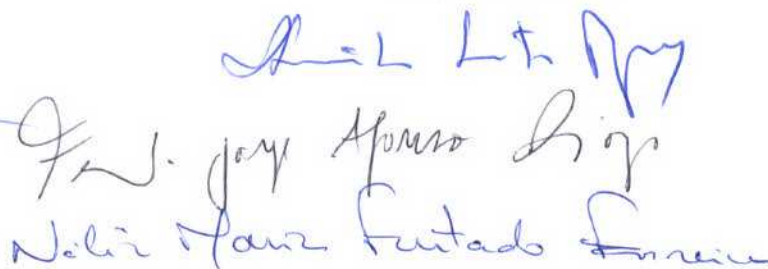
Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2017	31 Dez 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de clientes e utentes		1,362,375.00	1,019,716.65
Recebimento de subsídios à exploração		1,252,879.32	826,298.70
Pagamentos a fornecedores		-1,624,278.38	-1,203,661.63
Pagamentos ao pessoal		-441,895.12	-163,600.07
Pagamentos de bolsas de investigação		-256,151.71	-216,914.82
Caixa gerada pelas operações		292,929.11	261,838.83
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos / pagamentos		-4,193.47	-2,957.93
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		288,735.64	258,880.90
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1,679.34	-74,537.32
Ativos intangíveis		-137,661.90	0.00
Investimentos financeiros		-715.05	-270,043.69
		-140,056.29	-344,581.01
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1,900,000.00	0.00
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		63,363.31	44,572.26
Juros e rendimentos similares		0.00	7,564.83
		1,963,363.31	52,137.09
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		1,823,307.02	-292,443.92
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2)		2,112,042.66	-33,563.02
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		189,186.80	222,749.82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	2,301,229.46	189,186.80

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Nota introdutória

A "Fundação Gaspar Frutuoso, FP", adiante designada por "Fundação" é uma Fundação Pública de Direito Privado, dotada de personalidade jurídica, órgãos e património próprios e de autonomia administrativa e financeira, que se rege pelos seus estatutos, regulamentos internos, lei-quadro das fundações e demais legislação aplicável, conforme o artigo I dos mesmos, publicados em Diário da Republica, 2ª série, nº 191 de 30 de setembro de 2015. Foi constituída por escritura de 4 de Março de 1999 e tem utilidade pública concedida por despacho do Presidente do Governo dos Açores de 29 de Novembro de 2004, publicado em Jornal Oficial II série, nº 50 de 14 de Dezembro de 2004. Com sede na Rua da Mãe de Deus, Ponta Delgada, e o capital social ou estatutário é de 748.196,85€, integralmente subscrito e realizado pela Universidade dos Açores. A "Fundação Gaspar Frutuoso" tem por fim de acordo com artigo III dos seus estatutos, num quadro de estreita colaboração com a Universidade dos Açores, fomentar as atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural artístico, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, consultoria e divulgação.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeira ("NCRF")

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Devem entender-se como fazendo parte da norma as Bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas. Todavia, O Conselho Diretivo fará sempre divulgações para além das especificamente exigidas por este referencial de modo a garantir uma apresentação apropriada.

A Comissão de Normalização Contabilística elaborou um novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que têm aplicação obrigatória para os períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, e, nesta fase de desenvolvimento dos trabalhos de implementação desta reforma, a Administração desconhece os eventuais impactos significativos que possam afetar as demonstrações financeiras da Fundação que passou a estar inserida neste sistema de normalização contabilística nessa data.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.3. Pressupostos da especialização do exercício

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças temporárias entre os montantes financeiros e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos".

3.4. Ativos fixos tangíveis

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

Todos os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rúbricas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	1 - 14
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 5

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos à ordem e a prazo, excepto aqueles que ultrapassam o prazo de três meses de concessão.

3.6. Créditos a receber

A conta de "Créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', de modo a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

3.7. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar", não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.8. Fundos Patrimoniais

O fundo patrimonial corresponde à dotação inicial da Universidade dos Açores, em numerário.

3.9. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. A instituição reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos das vendas e da prestação de serviços são reconhecidos na data efetiva das mesmas.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.10. Subsídios

Os subsídios do governo ou de outras entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Fundação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em "outras variações de capital próprio" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento da sua atividade, sendo os mesmos reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento do recebimento do subsídio.

3.11. Imposto sobre o rendimento

A Fundação está isenta de IRC, por se tratar de uma entidade pública com utilidade pública reconhecida por despacho por despacho do Presidente do Governo dos Açores de 29 de Novembro de 2004, publicado em Jornal Oficial II série, nº 50 de 14 de Dezembro de

2004, designadamente na Categoria B (rendimentos empresariais) desde que os rendimentos sejam diretamente derivados do exercício de atividades no âmbito dos seus fins estatutários.

3.12. Ativos, passivos contingentes e provisões

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

3.13. Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a dotar, com impacto significativo no valor dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho Diretivo e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas, destacando-se, em particular, riscos associados à dificuldade de determinar a elegibilidade dos gastos incorridos nos projetos de investigação científica, desenvolvimento experimental e tecnológico financiados por entidades terceiras e a sua recuperabilidade financeira.

3.14. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Ativos Fixos Tangíveis

A rubrica "Ativos Fixos Tangíveis" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2017 e 2016:

31 de Dezembro de 2017

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-17
Custo:			
Terrenos	16,536.15	0.00	16,536.15
Edifícios e outras construções	23,790.57	0.00	23,790.57
Equipamento básico	2,165,202.55	57,064.36	2,222,266.91
Equipamento de transporte	110,095.08	33,721.33	143,816.41
Equipamento administrativo	735,775.94	54,214.80	789,990.74
Outros activos fixos tangíveis	52,615.94	751.62	53,367.56
Investimentos em curso			
	3,104,016.23	145,752.11	3,249,768.34
Depreciações acumuladas			
Edifícios e outras construções	23,790.57	0.00	23,790.57
Equipamento básico	2,020,125.95	84,825.52	2,104,951.47
Equipamento de transporte	104,345.08	9,930.33	114,275.41
Equipamento administrativo	656,634.88	59,557.60	716,192.48
Outros activos fixos tangíveis	41,891.85	4,005.65	45,897.50
	2,846,788.33	158,319.10	3,005,107.43
Valor Líquido	257,227.90	-12,566.99	244,660.91

31 de Dezembro de 2016

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Transferências / Abates	Saldo em 31-Dez-16
Custo:				
Terrenos	16,536.15	0.00	0.00	16,536.15
Edifícios e outras construções	23,790.57	0.00	0.00	23,790.57
Equipamento básico	2,142,848.31	22,354.24	0.00	2,165,202.55
Equipamento de transporte	104,095.08	6,000.00	0.00	110,095.08
Equipamento administrativo	693,718.82	42,057.12	0.00	735,775.94
Outros activos fixos tangíveis	48,489.98	4,125.96	0.00	52,615.94
Investimentos em curso				
	3,029,478.91	74,537.32	0.00	3,104,016.23
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	23,790.57	0.00	0.00	23,790.57
Equipamento básico	1,911,393.38	108,432.62	299.95	2,020,125.95
Equipamento de transporte	104,095.08	250.00	0.00	104,345.08
Equipamento administrativo	548,401.79	108,225.05	8.04	656,634.88
Outros activos fixos tangíveis	33,597.53	8,240.67	53.65	41,891.85
	2,621,278.35	225,148.34	361.64	2,846,788.33
Valor Líquido	408,200.56	-150,611.02	-361.64	257,227.90

5. Ativos Intangíveis

A rubrica "Ativos Intangíveis" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro dos anos de 2017 e 2016:

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-17
Custo			
Software	18,811.22	715.05	19,526.27
	18,811.22	715.05	19,526.27
Depreciações Acumuladas			
Software	18,404.79	445.65	18,850.44
	18,404.79	445.65	18,850.44
Valor Líquido	406.43	269.40	675.83

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-16
Custo			
Software	18,811.22	0.00	18,811.22
	18,811.22	0.00	18,811.22
Depreciações Acumuladas			
Software	17,964.84	439.90	18,404.79
	17,964.84	439.90	18,404.79
Valor Líquido	846.38	-439.90	406.43

6. Investimentos financeiros

Esta rubrica apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016:

Participações	Ao custo	Saldo inicial	Aumento do ano	Saldo Final
Fundo Compensação Trabalho	1,723.03	43.69	1,679.34	1,723.03
	1,723.03	43.69	1,679.34	1,723.03

7. Inventários

A rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2017 e 2016:

Rúbricas	31-Dez-16
Materias primas subsidiárias e de consumo	265.84
	265.84

Estes valores referem-se ao stock de álcool para fins de Investigação Científica, adquirido com redução de imposto alfandegário.

8. Estado e Outros Entes Públicos

A Fundação Gaspar Frutuoso, FP, beneficia do Estatuto de Utilidade Pública, conforme despacho do Presidente do Governo Regional dos Açores de 29 de Novembro de 2004, e publicado em Jornal Oficial II série nº 50, de 14-12-2004. Em virtude da sua natureza, encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Activo		
Imposto s/ rend. pessoas colectivas (IRC)	0.00	1,149.72
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0.00	2,245.12
		3,394.84
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	10,957.69	13,657.95
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)	8,035.31	9,210.57
Segurança Social / ADSE/CGA/FCT	14,766.94	3,571.61
	33,759.94	26,440.13

9. Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2017 e 2016:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Clientes	221,473.60	314,229.11
Acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	0.00	2,766.42
Outros devedores		
Entidades Gestoras - Por medidas atribuídas	3,520,938.50	3,933,777.76
Devedores Diversos	0.00	4,143.20
	3,742,412.10	4,254,916.49

A conta de devedores por subsídios atribuídos regista o valor a receber das entidades gestoras e financiadoras das diversas medidas e projetos, cujo movimentos e saldos do ano estão repartidos:

Entidades	Saldo em 31-Dez-2016	Aprovações	Recebimentos	Reforços e Devoluções	Saldo em 31-Dez-2017
Fundação Ciência e Tecnologia	1,411,963.20	0.00	390,532.54	22,649.81	998,780.85
Direção Reg. Ciência e Tecnologia	191,979.48	162,730.00	229,320.20	12,659.28	112,730.00
PO Açores 2020	1,999,424.63	0.00	331,213.96	0.00	1,668,210.67
Comissão Europeia	192,403.18	207,000.00	124,398.37	0.00	275,004.81
Outras entidades	138,007.27	83,500.00	97,989.04	11,206.96	112,311.27
PCT MAC	0.00	410,796.15	56,895.25	0.00	353,900.90
	3,933,777.76	864,026.15	1,230,349.36	46,516.05	3,520,938.50

Em conformidade com a avaliação efetuada pela Administração em 31 de dezembro de 2017, os ativos foram reconhecidos no balanço quando existia a probabilidade da ocorrência de atividades presentes e futuras para a Fundação e os ativos tinham um custo ou um valor que podia ser mensurado com fiabilidade, designadamente a aceitação e aprovação da entidade gestora e financiadora. Todos estes ativos estão restringidos quanto ao cumprimento das condições cuja atribuição lhe está associada, independentemente de já ter sido recebido.

O saldo da rubrica "Clientes" era assim composto:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Clientes		
Clientes conta corrente	221,473.60	314,229.11
Clientes de cobrança duvidosa	18,503.55	22,831.87
	239,977.15	337,060.98
Perdas por imparidade acumuladas	-18,503.55	-22,831.87
	221,473.60	314,229.11

O detalhe dos saldos a receber por prazos de cobrança era o seguinte:

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Clientes conta corrente	25,218.30	98,412.17	17,700.00	80,143.13	221,473.60
Clientes de cobrança duvidosa				18,503.55	18,503.55
	25,218.30	98,412.17	17,700.00	98,646.68	239,977.15

As imparidades foram constituídas de acordo com o critério fiscal para os clientes de cobrança duvidosa. O movimento da rubrica de imparidades acumuladas resume-se como se segue:

Perdas por imparidades	31-Dez-17	31-Dez-16
Saldo a 1 de Janeiro	22,831.87	35,745.15
Reversão	-4,328.32	-12,913.28
	18,503.55	22,831.87

Os valores registados de reversões nos anos de 2016 e 2017 resultam do recebimento de cliente de cobrança duvidosa para o qual haviam sido constituídas imparidades em exercícios anteriores. Não foram efetuadas imparidades no exercício de 2016 e de 2017, dado não existirem novos clientes em situação de cobrança duvidosa. As imparidades registadas correspondem à totalidade dos clientes de cobrança duvidosa e encontram-se de acordo com o critério fiscal.

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo das rubricas "Diferimentos" apresentavam os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	13,267.77	1,083.01
	13,267.77	1,083.01
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer (Serv. Prestados)	970,461.24	731,172.55
	970,461.24	731,172.55

11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Caixa		
Depósitos à ordem	2,301,229.46	189,186.80
Sub total Caixa e seus equivalentes	2,301,229.46	189,186.80
Depósitos à prazo	0.00	1,900,000.00
	2,301,229.46	2,089,186.80

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

Por imposição da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E, a Fundação foi obrigada a transitar todos os saldos de depósitos bancários à ordem e a prazo para aquela instituição. Estes depósitos não são remunerados. Os depósitos a prazo existentes à data de 31 de dezembro de 2016 não foram contemplados na determinação do caixa e seus equivalentes, para efeitos da demonstração de fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Encontravam-se, assim, contemplados como investimentos financeiros naquela demonstração financeira.

12. Fundos

Em 31 de Dezembro de 2017 o fundo patrimonial encontrava-se integralmente realizado.

13. Reservas

A rubrica "Reservas" apresentava a seguinte composição nos exercícios de 2017 e 2016:

Rúbricas	Reservas Legais	Reservas Livres	Total em Reservas
Saldo em 01 de Janeiro de 2016	91,074.66	1,010,282.18	1,101,356.84
Aumentos			
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	91,074.66	1,010,282.18	1,101,356.84
Aumentos			
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	91,074.66	1,010,282.18	1,101,356.84

14. Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rúbricas	Valores
Saldo a 01-Jan-16	-375,584.51
Alterações no período (2016)	
1. Aplicação resultados 2015	171,464.16
Saldo em 31-Dez-16	-204,120.35
Alterações no período (2017)	
1. Aplicação resultados 2016	11,622.00
Saldo em 31-Dez-17	-192,498.35

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas em Conselho Geral de 27 de Abril de 2017.

15. Outras variações nos fundos patrimoniais

Os valores desta rubrica respeitam aos subsídios ao investimento realizados, os quais são imputados a resultados de acordo com a taxa de depreciação aplicada aos ativos financiados.

O valor apresentado nesta rubrica do balanço encontra-se assim discriminado no quadro que abaixo se apresenta.

Rúbricas	Valores
Saldo a 01-Jan-16	221,817.15
Alterações no período (2016)	
1. Execução de subsídios ao investimento (nota 17)	44,572.26
2. Imput. subs. ao invest. a rendim. exerc. (nota 22)	-136,399.05
Saldo em 31-Dez-16	129,990.36
Alterações no período (2017)	
1. Execução de subsídios ao investimento (nota 17)	63,363.31
2. Imput. subs. ao invest. a rendim. exerc. (nota 22)	-98,508.01
Saldo em 31-Dez-17	94,845.66

16. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Fornecedores" registava a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Fornecedores conta corrente	28,570.90	2,475.33
	28,570.90	2,475.33

O saldo em dívida a fornecedores apresentava os seguintes prazos de pagamento:

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	28,570.90	0.00	0.00	0.00	28,570.90
	28,570.90	0.00	0.00	0.00	28,570.90

17. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Outras dívidas a pagar" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Fornecedores de Investimentos	8,090.21	0.00
Acréscimos de Gastos		
Férias e subs. férias e encargos	32,900.83	20,098.95
Outros gastos	9,762.67	5,103.91
Outros credores		
Entidades Gestoras - Medidas por executar	3,439,490.39	4,033,310.23
Credores diversos	2,645.83	878.20
	3,492,889.93	4,059,391.29

A conta de credores por projetos a executar regista o valor das medidas e projetos aprovados e que ainda se encontram por realizar, e teve o seguinte movimento no ano de 2017:

	Subsídios à Exploração	Subsídios ao Investimento	Total
Saldo Inicial de Projetos em execução	3,823,788.52	209,521.71	4,033,310.23
Novos Projectos	735,507.96	128,518.19	864,026.15
Anulações / Restituições	-33,464.44	-13,051.61	-46,516.05
Execução do ano (nota 19/15)	1,347,966.63	63,363.31	1,411,329.94
Transferências / reclassificações	-10,572.61	10,572.61	0.00
Saldo Final de Projetos em execução	3,167,292.80	272,197.59	3,439,490.39

Esta rubrica é reconhecida no passivo após existir segurança de que a Fundação cumprirá as condições associadas às medidas ou projetos que pretende executar, regra geral, na data da sua aprovação e são mantidos nesta rubrica enquanto estiverem em fase de

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

desenvolvimento ou execução, independentemente do correspondente financiamento já ter sido ou não recebido. Os montantes dos financiamentos recebidos não proporcionam prova conclusiva de que as condições associadas à sua atribuição tenham sido ou serão cumpridas (Nota 9).

18. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Prestação de serviços		
Cursos, Congressos e Ativ. Educ. e Culturais	7,740.82	98,413.02
Consultoria Técnica e Científica	1,018,261.66	831,365.37
	1,026,002.48	929,778.39

19. Subsídios à exploração

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Fundação Gaspar Frutuoso reconheceu os seguintes rendimentos em subsídios à exploração:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Subsídios anuais do Estado e outros Entes Públicos	84,104.23	96,431.35
Subsídios anuais de outras Entidades	1,789.04	2,500.00
Subsídios plurianuais de diversas Entidades: execução anual (nota 17)	1,347,966.63	629,614.62
	1,433,859.90	728,545.97

Os valores registados estão de acordo com a execução nos anos indicados das diversas ações e projetos no âmbito das atividades de investigação e eventos realizados, contratualizados com as várias entidades financiadoras.

20. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Serviços especializados	861,714.90	612,072.66
Materiais	146,219.61	141,340.12
Energia e fluidos	68,705.88	66,642.01
Deslocações, estadas e transportes	294,778.20	296,956.45
Serviços diversos	271,599.45	80,317.03
Rendas e Alugueres	177,939.99	3,823.02
Comunicação	27,202.45	23,274.51
Seguros	2,958.37	2,605.29
Outros	63,498.64	50,614.21
	1,643,018.04	1,197,328.27

Os valores registados estão de acordo com a execução nos anos indicados das diversas ações e projetos no âmbito das atividades de investigação e eventos realizados, contratualizados com as várias entidades financiadoras. O aumento registado nesta rubrica resulta do incremento da execução de despesas associadas a projectos de investigação no ano de 2017.

21. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, foram os seguintes:

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Remunerações dos órgãos sociais	40,545.42	39,350.16
Remunerações do pessoal	334,789.99	98,182.26
Indemnizações	1,614.57	0.00
Encargos sobre remunerações	76,141.33	27,622.75
Seguros	7,898.58	3,354.88
Outros gastos com pessoal	3,727.18	0.00
	464,717.07	168,510.05

Em 31 de Dezembro a Fundação contava 8 funcionários que desempenhavam funções de administrativas e técnicas, mais 3 colaboradores quando comparado com o ano de 2016. O número médio de empregados no exercício de 2017 foi de 7, mais 2 do que no ano de 2016. Paralelamente, em 31 de dezembro de 2017 a Fundação contava ainda com 21 contratados afectos a funções operacionais no âmbito de projectos de investigação, situação que não ocorria em 2016. Em 31 de dezembro desempenhavam ainda funções administrativas 4 estagiários ao abrigo do programa Estagiar L e T.

Apenas a Vogal do Conselho Diretivo, Dra. Nélia Ferreira foi remunerada pelo exercício das suas funções durante todo o ano de 2017. Os restantes membros dos órgãos sociais, nomeadamente do Conselho de Administração, não foram remunerados pelas suas funções no exercício.

22. Outros rendimentos

A rubrica de "outros rendimentos" registava nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Patrocínios e Donativos	0.00	80.00
Subsídios ao investimento	98,508.01	136,399.05
Correcções exercícios anteriores	2,554.46	12,292.50
Outros rendimentos	409.49	3.78
	101,471.96	148,775.33

23. Outros gastos

Os "outros gastos", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Impostos	723.51	300.18
Bolsas de investigação	256,151.71	216,914.82
Correcções de exercícios anteriores	15,703.74	5,696.62
Outros gastos	102.00	436.75
	272,680.96	223,348.37

24. Gastos de depreciação

Os "gastos com depreciações" registados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Propriedades de investimento		
Ativos fixos tangíveis	158,319.10	225,148.34
Ativos intangíveis	445.65	439.90
	158,764.75	225,588.24

25. Juros e rendimentos similares

Os "Juros e rendimentos similares" registados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0.00	6,383.96
	0.00	6,383.96

Como indicado na nota 11, os excedentes de tesouraria são transferidos e mantidos nas contas da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., e não são remunerados. Em 2016, esses excedentes de tesouraria eram aplicados em depósitos a prazo.

26. Partes relacionadas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, registaram-se as seguintes transações com partes relacionadas:

Transacções	31-Dez-17	31-Dez-16
Vendas	0.00	0.00
Prestação de serviços	0.00	20.00
Subsídios / Donativos Obtidos	0.00	0.00
Compras / Serviços Contratados	18,903.39	31,012.73
Universidade dos Açores	5,055.59	21,291.68
Serviços de Ação Social da Univ. dos Açores	13,847.80	9,721.05
Subsídios / Donativos Concedidos	0.00	0.00
Cedência posição contratual projetos	5,364.00	0.00

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as partes relacionadas não registavam saldos a receber ou a pagar.

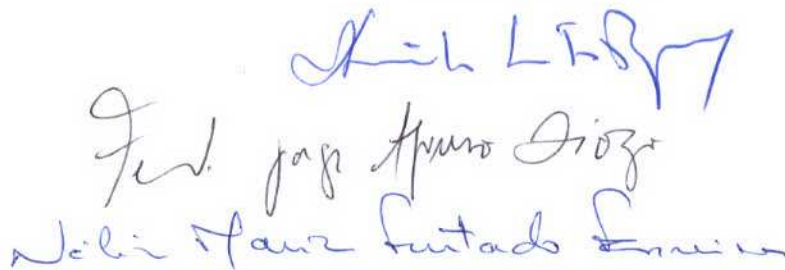
As "Partes Relacionadas" respeitam às entidades "Universidade dos Açores" e "Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores". Apenas a Vogal do Conselho Diretivo, Dra. Nélia Ferreira foi remunerada pelo exercício das suas funções. Os restantes membros dos órgãos sociais, nomeadamente do Conselho de Administração, não foram remunerados pelas suas funções no exercício conforme nota 22.

O Presidente do Conselho Geral da Fundação Gaspar Frutuoso é por inerência do número 10º dos Estatutos da Fundação Gaspar Frutuoso o Magnífico Reitor da Universidade dos Açores.

O Contabilista Certificado



O Conselho Diretivo



ANEXO IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

Aos membros do Conselho Geral,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório e Conta de Gerência do Conselho Diretivo, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa e o Anexo da **Fundação Gaspar Frutuoso, FP** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho Diretivo todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório e Conta de Gerência foi elaborado em conformidade com as disposições legais em vigor, indicando de forma clara a evolução passada e previsível atividade operacional e financeira Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório e Conta de Gerência, bem como o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho Diretivo com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho Diretivo sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 13 de abril de 2018


UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

ANEXO V. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Gaspar Frutuoso, FP** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 6.304.065 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.778.383 euros, incluindo um resultado líquido de 26.482 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Fundação Gaspar Frutuoso, FP** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

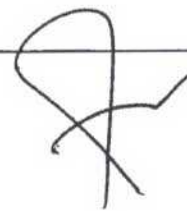
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.



- elaboração do relatório e conta de gerência nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza

material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório e conta de gerência com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório e conta de gerência

Em nossa opinião, o relatório e conta de gerência foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 13 de abril de 2018



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)